

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Lazer como prática educativa: as possibilidades para o desenvolvimento humano

Maíra Ivone Lombardi

Campinas – SP

2005

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Lazer como prática educativa: as possibilidades para o desenvolvimento humano

Maíra Ivone Lombardi

Orientadora: Profa. Dra. Heloísa Helena Baldy dos Reis.

Este exemplar corresponde a redação final da dissertação de mestrado defendida por Maíra Ivone Lombardi e aprovada pela comissão julgadora.
Em 28 de janeiro de 2005.

Orientadora: _____
Profa. Heloisa Helena Baldy dos Reis

Campinas – SP

2005

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA
BIBLIOTECA FEF - UNICAMP**

L838I Lombardi, Maíra Ivone.
Lazer como prática educativa: as possibilidades para o desenvolvimento humano / Maíra Ivone Lombardi. - Campinas, SP: [s.n], 2005.

Orientador: Heloísa Helena Baldy dos Reis
Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.

1. Lazer. 2. Desenvolvimento humano. 3. Educação. 4. Animador cultural. I. Reis, Heloísa Helena Baldy dos. II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. III. Título.

Dedico este trabalho a minha mãe, que jamais deixou de acreditar na minha capacidade e que em todos os momentos da minha vida esteve sempre presente. E que me agüentou esses três longos anos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha querida orientadora e amiga Heloísa, a paciência, o carinho, as contribuições nesta dissertação e na minha vida pessoal e profissional.

Ao Marcellino, obrigada por contribuir com o seu conhecimento, de forma agradável e competente, pelo estímulo durante toda a minha jornada e pela amizade.

Aos meus pais, Ivone e Zezo, obrigada pela confiança, pela paciência, pelo amor e pela lição de vida que me ensinam cada dia que passa.

Agradeço à madrinha Saleti e à prima Daniele a força, a companhia, a amizade, as palavras de apoio e carinho.

Agradeço ao Aroldo a paciência, o apoio, o carinho e a confiança no meu trabalho e na minha pessoa.

A todos os meus amigos, que de forma direta ou indireta, me apóiam nos caminhos que percorro.

A toda minha família, obrigada pela força e pelo carinho.

E a minha Vó Irene e ao meu Vô Tonho (In memoriam).

RESUMO

Os objetivos principais deste trabalho consistem em conhecer as inter-relações existentes entre lazer, educação, animação sociocultural e desenvolvimento humano integral e quais as possibilidades de se contribuir para a emancipação do indivíduo na sociedade, utilizando o lazer como prática educativa. Já os objetivos mais específicos são fundamentais à proposição de que o lazer como prática educativa, com base nos seis conteúdos culturais do lazer, pode contribuir para a formação de um homem integral, crítico e criativo, capaz de participar culturalmente, vivenciando e gerando valores questionadores da ordem social vigente e que prepare mudanças na sociedade como um todo, situando o profissional do lazer, o animador sociocultural nesse contexto. No que diz respeito à metodologia utilizada para sua realização, tivemos como base a pesquisa bibliográfica. Nos três capítulos, trabalhamos o lazer vivenciado no “tempo disponível”, entendido como uma opção de atividade desinteressada, em que se buscam basicamente o prazer e a satisfação pessoal. Os valores mais associados ao lazer – descanso e divertimento – também estão presentes na maioria das atividades de lazer, pois esses são os principais objetivos dos indivíduos que as vivenciam. Já o desenvolvimento – pessoal e social – não é tão claro, quer para quem o busca, quer para quem proporciona a sua vivência. Mas, para que ocorra um equilíbrio entre esses três valores, é de extrema importância que ocorra uma ligação entre eles e os seis conteúdos culturais do lazer – manuais, intelectuais, sociais, físico-esportivos, artísticos e turísticos. Utilizando-se de tais conteúdos, o animador sociocultural deve procurar estimular o desenvolvimento social e pessoal dos indivíduos. Dessa forma, o lazer pode contribuir tanto para a aquisição de informações quanto para a formação da cidadania das pessoas, que podem se tornar capazes de pensar e transformar a realidade. Com os mesmos objetivos, a educação pode formar cidadãos com condições de se manifestar socialmente, capazes de entender e intervir na realidade, transformando-a. Também a animação sociocultural e a participação cultural proporcionadas pelo profissional de lazer, denominado animador sociocultural, podem possibilitar que a vivência de atividades de lazer se transforme em participação efetiva, contribuindo para a superação dos níveis conformistas a críticos e criativos, de modo a gerar atitudes que podem influenciar outros campos da ação humana. Para que isso ocorra, é fundamental que esse profissional não reproduza de forma acrítica atividades recreativas, mas, proporcione experiências que permitam aos indivíduos desenvolver atitudes críticas e criativas, contribuindo, dessa maneira, para que o lazer realmente seja considerado uma prática de satisfação e prazer individual, na mesma medida em que esclareça que o lazer vai além do mero recreio. Ele é também um dos meios de socialização dos indivíduos.

ABSTRACT

The main objectives of this scientific study consist of knowing the interrelations among leisure, education, sociocultural animation and integral human growth and which possibilities can contribute for the emancipation of the individual in the society by using the leisure as an educative practice. The most specific objectives are set on a proposition that comprehends leisure as an educative practice, through the six cultural contents of leisure, as a way to contribute for the integral human growth of a critical and creative man, who is able to participate culturally, living deeply and generating values which may be investigative points of the effective social order and also can prepare changes in all the society as a whole, pointing out the professional of leisure, the socio-cultural entertainer, in this context. That explains about the methodology used for its accomplishment and we had as basis the bibliographical research. In the three chapters we have worked the leisure lived deeply in the "ready time", understood as an option of uninterested activity, where one basically searches the pleasure and the individual satisfaction. The more associates values to the leisure – rest and amusement – also are living in the majority of the activities of leisure. Therefore these are the main objectives of the individual to live them deeply. The growth – personal and social – is not so clear, not only for the ones who search it, but also for the ones who provide its experience. So there must be a balance between them and the six cultural contents of leisure – manual, intellectual, social, physicist-sporting, artistic and tourist. Using such contents the sociocultural entertainer must try to stimulate the social and integral growth of the individuals. Thus, the leisure can contribute in such a way for the acquisition of information as for the formation of the citizenship of the people, turning them able to think and to transform the reality. With the same objectives, the education can form citizens with conditions of revealing socially, capable to understand and to intervene in the reality by transforming it. The sociocultural animation and the cultural participation can also provide the leisure professional, also called sociocultural entertainer, ways to make possible the experience of activities of leisure transform into participation accomplishes, by contributing for the overcoming of the conformist levels to the creative and criticals, in order to generate attitudes that can influence the action of the other human fields. So that this occurs, it is fundamental that this professional does not just reproduce recreation activities acritically, but it needs to provide experiences that the individuals allow to develop critical and creative attitudes, contributing so that the leisure can really be considered on practical of satisfaction and individual pleasure, in the same measure where it clarifies that the leisure goes beyond the mere recreation. It is also one of the ways of socialization the individuals.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
RESUMO	6
ABSTRACT	7
INTRODUÇÃO	9
Capítulo I	14
O LAZER E SUAS RELAÇÕES COM O DESENVOLVIMENTO HUMANO	14
1.1 Conhecer e entender o lazer	15
1.2 As abordagens funcionalistas e críticas do lazer	27
1.3 Desenvolvimento humano e lazer	30
Capítulo II	37
AS INTERFACES ENTRE EDUCAÇÃO E LAZER	37
2.1 A educação	38
2.2 Lazer como prática educativa	48
2.3 Escola, educação e lazer	55
Capítulo III	59
O ANIMADOR SOCIOCULTURAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO	59
3.1 A ação denominada de animação	60
3.2 O animador sociocultural	63
3.3 A estrutura da animação	69
3.4 O profissional de Educação Física como animador sociocultural	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	84

INTRODUÇÃO

Em 1997, quando iniciei minha graduação na Faculdade de Turismo, na Puc-Campinas, ainda não sabia em que área de atuação eu trabalharia. Mas foi nas aulas de “Técnicas de Animação Cultural” que me apaixonei pelo lazer e suas possibilidades de intervenção. Posteriormente, ao terminar o curso, comecei a atuar como professora da disciplina “Técnicas de Recreação e Lazer”, entre outras, na Escola Técnica Estadual Trajano Camargo, pertencente ao Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza”, em Limeira-SP.

Apesar do pouco conhecimento da teoria, minha ação estava fundamentada na perspectiva educacional do lazer. Mas como minhas inquietações ainda não haviam sido solucionadas, optei por pesquisá-las mais profundamente por ocasião do mestrado. Escolhi, analisar as inter-relações entre lazer, educação, animação sociocultural e desenvolvimento humano, tema desta dissertação.

O lazer historicamente adquirido é um dos direitos sociais assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil, tão fundamental quanto a educação, o saneamento básico, a moradia, o transporte, a saúde e a alimentação são para a vida de todo e qualquer ser humano.

Esse fenômeno vem crescendo e se intensificando a cada dia na nossa sociedade, sendo constante e presente no cotidiano das pessoas. Muitas vezes, de forma equivocada, está o lazer associado a outras atividades e a outros termos, como recreação e entretenimento. Essa confusão também se estabelece entre os teóricos da

área, entre os profissionais do lazer e também no senso comum. Quando relacionado à educação, os equívocos se tornam ainda maiores, o que acaba ocorrendo também na área específica de atuação dos animadores socioculturais – a animação sociocultural.

Em virtude da confusão e dos equívocos existentes em relação ao tema, surge a necessidade de estudos que possibilitem uma maior compreensão do fenômeno lazer, da sua relação com a tão discutida educação, colocando em evidência a animação e os animadores socioculturais, além de problematizar e discutir as possibilidades do lazer contribuir para a emancipação do indivíduo.

Os objetivos principais deste trabalho consistem em conhecer as inter-relações existentes entre lazer, educação, animação sociocultural e desenvolvimento humano integral. Já os objetivos mais específicos são fundamentar a proposição de que o lazer como prática educativa, com base nos seis conteúdos culturais do lazer, pode contribuir para a formação de um homem integral, crítico e criativo, capaz de participar culturalmente, vivenciando e gerando valores questionadores da ordem social vigente e que prepare mudanças na sociedade como um todo, situando o profissional do lazer, o animador sociocultural, nesse contexto.

Este trabalho é uma pesquisa qualitativa, realizado com base em revisão bibliográfica. Segundo Chizzotti (1995, p.79), a pesquisa qualitativa se fundamenta em “pressupostos contrários ao modelo experimental e adota métodos e técnicas de pesquisa diferentes dos estudos experimentais”. Esse tipo de abordagem “parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”. Esse tipo de pesquisa tem a finalidade de “intervir

em uma situação insatisfatória” para “orientar uma ação que modifique as condições e as circunstâncias indesejadas”.

Para a revisão bibliográfica, foram utilizados:

- levantamento das obras relativas aos assuntos norteadores do trabalho: lazer, educação, animação sociocultural e desenvolvimento humano, efetuado nos Sistemas de Bibliotecas da Unicamp e Unimep;
- seleção desse material com base em análise textual;
- aprofundamento das obras selecionadas por uma análise temática, por análise interpretativa e problematização.

A dissertação engloba três capítulos interligados. No primeiro capítulo, apresentamos diferentes conceituações e interpretações de lazer, segundo autores representativos de variadas tendências. Abordamos também o desenvolvimento humano, tanto individual quanto social como uma das funções do lazer, ao lado do descanso e do divertimento, e suas possibilidades de contribuição para a formação de um homem integral, crítico e criativo, capaz de participar culturalmente, vivenciando e gerando valores questionadores da ordem social vigente e suas imposições, que prepare mudanças na sociedade como um todo.

No segundo capítulo, apresentamos diversas concepções e entendimentos da educação. Baseamo-nos principalmente na teoria marxista de educação, que tem como objetivo o desenvolvimento do ser humano integral, *omnilateral*, em oposição ao homem unilateral concebido na atual sociedade capitalista.

Gostaríamos de enfatizar que Marx nunca teve o objetivo de escrever sobre educação nem de formular uma teoria de educação. Sua principal preocupação foi o estudo das relações sócio-econômicas e políticas e seu desenvolvimento no processo histórico. Baseado na integração entre ensino e trabalho, a concepção marxista de educação propõe a recuperação do trabalho como atividade vital em que o homem humaniza-se. Embora Marx tenha escrito suas principais publicações, nos anos 1840, em tempos nos quais a propriedade privada e a divisão do trabalho não eram os mesmos encontrados na atual sociedade capitalista, suas concepções e seus valores, como os da emancipação humana e da liberdade, vão ao encontro dos propostos nessa pesquisa, por acreditarmos que a emancipação do ser humano é possível sim, e que o lazer pode ser um dos meios de atingi-la.

Trabalhamos, ainda, com a relação entre educação e lazer, estabelecida no duplo aspecto educativo do lazer – o lazer como veículo e como objeto da educação, enfatizando a possibilidade de desenvolvimento pessoal e social. E nessa relação entre educação e lazer, abordamos a interdependência entre escola, lazer e processo educativo, na proposta da “pedagogia da animação”.

Já no terceiro capítulo, abordamos questões referentes à animação sociocultural, como o perfil do profissional de lazer – o animador sociocultural, a estrutura da animação e o profissional de Educação Física como animador sociocultural. Por último analisamos as relações entre lazer, educação, animação sociocultural e desenvolvimento humano.

Assim, acreditamos que este trabalho possa contribuir para a compreensão da problemática na qual o lazer está inserido, bem como a sua relação e

interdependência com a educação, a animação sociocultural e o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos, contribuindo para a emancipação de um homem capaz de participar culturalmente, questionar os valores e as normas estabelecidas e intervir na realidade, transformando-a, se possível.

Entretanto, ao concluirmos essa pesquisa, ficamos com a convicção de que a relação entre os temas estudados é complexa e exige outros olhares a partir de enfoques diferenciados. Não esperamos que as discussões se encerrem por aqui, pois apresentamos apenas uma das possíveis abordagens. É a nossa contribuição para o estudo do assunto e está colocada para o debate de modo que as críticas e sugestões venham complementar nossas idéias, e em conseqüência, enriquecê-las.

Capítulo I

O LAZER E SUAS RELAÇÕES COM O DESENVOLVIMENTO HUMANO

O lazer é tão fundamental quanto o transporte, a educação, a moradia, a saúde, o saneamento básico e a alimentação são para a vida de todo e qualquer ser humano. Historicamente adquirido, é um dos direitos sociais assegurados pela Constituição da República Federativa do Brasil, no seu art. 6º, capítulo II – Dos Direitos Sociais (Brasil, 1988).

Desde que respeitadas suas características, vivenciado dentro de um espaço e tempo disponíveis, de forma desinteressada, como uma opção individual, onde se busca a satisfação e o prazer, o lazer tem como funções o descanso, o divertimento e o desenvolvimento humano – pessoal e social. Dessa forma, a vivência de um lazer de qualidade pode proporcionar a emancipação de um homem crítico e

criativo, capaz de gerar e vivenciar normas e valores questionadores da atual ordem estabelecida.

Sob essa perspectiva trataremos o lazer e suas bases teóricas de modo que possamos compreender esse fenômeno que vem crescendo e se intensificando a cada dia.

1.1 Conhecer e entender o lazer

Ao longo das últimas décadas, a palavra “lazer” vem ganhando força: ela aparece em anúncios de jornais, em campanhas publicitárias e políticas, num bate-papo; enfim, ela está presente no “cotidiano das pessoas em geral”. Também é bastante comum o seu emprego na denominação de órgãos públicos como, por exemplo: “Secretaria de Esportes e Lazer”, “Secretaria de Cultura, Turismo e Lazer”. (MARCELLINO, 2000a, p. 13).

De acordo com Marcellino (2000b), não há consenso a respeito do que seja lazer entre os teóricos e os técnicos da área ou mesmo no senso comum. Na maioria das vezes, o lazer é associado simplesmente a atividades recreativas ou a eventos de massa. A associação do lazer a outras atividades e a outros termos como, por exemplo, recreação e entretenimento, pode ser explicada pela importância que o lazer vem ganhando nas últimas décadas. Essa tendência é ainda reforçada pelos meios de comunicação.

Devido, então, à grande utilização do termo, faz-se necessário, antes de qualquer coisa, conceituar o que é lazer. Mas isso não é tarefa fácil e simples, pois depende do ponto de vista em que se situa cada autor, e inúmeros são os que se dedicam a esse assunto. Podemos distinguir duas grandes correntes: a que prioriza o aspecto atitude, considerando o lazer como um “estilo de vida”, independente de um tempo determinado, caracterizando-o pelo tipo de relação existente entre o sujeito e a experiência vivida, ou seja, a satisfação provocada pela vivência, e a que enfatiza o aspecto tempo, situando-o como liberado do trabalho e das obrigações familiares, sociais e religiosas (MARCELLINO, 2003a).

No Brasil, encontramos autores ligados às duas correntes e, atualmente, o que mais se verifica entre os estudiosos do lazer é a ênfase nos dois aspectos (tempo e atitude). A grande maioria dos estudos nessa área tem como referência o conceito proposto por Dumazedier:

[...] conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (Idem, 1979, p. 34).

Acreditamos que o conceito exposto é muito importante para a construção de toda uma teoria do lazer, já que muitos autores brasileiros se baseiam em Dumazedier, seja como ponto de partida, seja para complementar idéias ou para apontar algumas divergências e assim criarem suas próprias conceituações.

Faleiros (1980) faz uma crítica ao conceito de lazer de Dumazedier, salientando que o autor possui uma visão funcionalista. Segundo a autora:

A abordagem funcionalista por ele adotada não permite, na verdade, detectar quais seriam os mecanismos essenciais responsáveis por determinadas manifestações do lazer.

Se o conceito é um recurso heurístico que nos permite a compreensão do fenômeno – e compreender significa conhecer a sua estrutura – a utilização da abordagem proposta por Dumazedier é insatisfatória. Seu conceito se identifica com um invólucro vazio para ser preenchido com as atividades que são desenvolvidas em função de determinadas necessidades, desde que realizadas distintamente de certas obrigações institucionalizadas. Esse conceito de lazer, desprovido de caráter histórico, parece buscar o conteúdo organizando o mundo da aparência (Idem, p. 61).

Observamos que Faleiros faz uma crítica às obras de Dumazedier e às categorias propostas pelo autor, mas em nenhum momento propõe novas categorias, novas saídas.

Apesar de as obras de Dumazedier serem de grande importância e relevância, esse autor não considera o lazer historicamente situado, entendendo-o como uma possibilidade de integrar o ser humano à sociedade.

Entre os principais autores da teoria do lazer no Brasil, principalmente em termos de pioneirismo, destacamos Requiça (1980, p. 35), que define lazer como uma “[...] ocupação não obrigatória, de livre escolha do indivíduo que a vive, e cujos valores propiciam condições de recuperação psicossomática e de desenvolvimento pessoal e social”.

E também Medeiros (1980, p. 03), para quem o lazer é “[...] o espaço de tempo não comprometido, do qual podemos dispor livremente, porque já cumprimos nossas obrigações de trabalho e de vida”.

Nos conceitos de Requiça e Medeiros, observamos a preocupação de ambos os autores com as funções do lazer para o homem contemporâneo, o repouso, a diversão e o desenvolvimento pessoal.

Em artigos publicados na revista *Licere*¹, três autores representativos de variadas tendências expressaram seus entendimentos sobre o conceito de lazer que orientam a produção de seus trabalhos.

Assim, para Bramante (1998),

O lazer se traduz por uma dimensão privilegiada da expressão humana dentro de um tempo conquistado, materializada através de uma experiência pessoal criativa, de prazer e que não se repete no tempo/espço, cujo eixo principal é a ludicidade. Ela é enriquecida pelo seu potencial socializador e determinada, predominantemente, por uma grande motivação intrínseca e realizada dentro de um contexto marcado pela percepção de liberdade. É feita por amor, pode transcender a existência e, muitas vezes, chega a aproximar-se de um ato de fé. Sua vivência está relacionada diretamente às oportunidades de acesso aos bens culturais, os quais são determinados, via de regra, por fatores sócio-político-econômico e influenciados por fatores ambientais (Idem, p. 09).

Na sua conceituação, o autor optou pelo emprego da palavra experiência em vez de atividade, pois leva em consideração o componente qualidade que a vivência da experiência no lazer carrega. Para ele, o lazer caracteriza-se como uma experiência única e momentânea, na qual estão presentes a criatividade, o prazer e a liberdade.

Discutir o lazer, segundo Pinto (1998, p. 25), “exige tomada de consciência em relação às contradições do cotidiano e à humanização das relações fundada na ética lúdica”, na busca de manter interfaces com a saúde, a educação e a sociabilização para a cidadania. Daí a necessidade de parcerias no lazer que possibilitem “democratizar múltiplas vivências de conteúdos culturais, ampliando possibilidades para os sonhos, as experiências, as apropriações e recriações de saberes”.

1 Única revista acadêmica específica da área de estudos do lazer no país.

Camargo (1998, pp. 31-34) entende o lazer como “produto de uma revolução social ao mesmo tempo técnica e ético-estética”, conseqüência de uma luta pela redução da jornada de trabalho e de uma crescente busca do prazer. Essas características presentes na situação atual do lazer questionam “uma educação centrada na escola”, já que a educação informal vem ocupando o maior tempo no cotidiano das pessoas. Sendo assim, “esse fenômeno moderno de lazer leva, necessariamente, a uma reconceituação do espaço urbano e regional”.

Já Marcellino (2003a) propõe um conceito operacional do lazer historicamente situado, entendendo-o como um direito social. Para ele o lazer é

[...] a cultura – compreendida no seu sentido mais amplo – vivenciada (praticada ou fruída) no “tempo disponível”. O importante, como traço definidor, é o caráter “desinteressado” dessa vivência. Não se busca, pelo menos fundamentalmente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A “disponibilidade de tempo” significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa (Idem, p. 31).

Esse último é o conceito mais adequado para a finalidade desta pesquisa, uma vez que, a partir desse entendimento, é possível compreender o lazer em toda sua dimensão e significado sociocultural, compreendendo-o como um direito social adquirido, gerado historicamente, do qual surgem valores questionadores da sociedade como um todo e sobre o qual são exercidas influências da e na estrutura social vigente. Isso significa considerar o lazer como um tempo privilegiado para a vivência de valores questionadores dessa ordem social estabelecida, contribuindo, assim, para mudanças de ordem moral e cultural, necessárias para a implantação de uma nova ordem social.

Essa opção não exclui autores que seguem a corrente crítica e criativa do lazer, na qual Marcellino é um dos principais representantes².

A essa idéia contrapõe-se a visão funcionalista do lazer, altamente conservadora, que busca a “paz social” e a manutenção da ordem, que acaba por instrumentalizar o lazer como um recurso para o ajustamento das pessoas a uma sociedade harmoniosa, ou então como algo que ajuda a suportar a disciplina e as imposições sociais e a ocupar o tempo com atividades equilibradas e corretas, sendo, portanto, o lazer um concreto instrumento de dominação.

Com base nessas perspectivas, devemos analisar alguns pontos importantes da conceituação de lazer por nós adotada.

A cultura vivenciada no “tempo disponível” deve ser considerada em estreita relação com o trabalho e com outras esferas da vida social, como saúde, educação, habitação, segurança, entre outros. A cultura também não deve ser reduzida a um único conteúdo, a uma visão parcial, sendo restringida apenas aos “conteúdos artísticos”, mas abordar os diversos conteúdos culturais.

Marcellino (2003b) recorre a Macedo, para buscar o seu conceito de cultura, que consiste

[...] num conjunto global de modos de fazer, ser, interagir e representar que, produzidos socialmente, envolvem simbolização e, por sua vez, definem o modo pelo qual a vida social se desenvolve (Carmem Cinira Macedo **apud** MARCELLINO, 2003b, p. 28).

Assim, a noção de cultura é entendida em sentido amplo, não podendo ficar restrita ao “produto” da atividade humana, mas considerando também o “processo

² Podemos citar como representantes dessa corrente, autores que se baseiam em Marcellino, como Paiva (2003), Delgado (2003), Isayama (2002), Stoppa (1998), etc.

dessa produção”. O lazer como componente da cultura deve ser entendido tanto como “produto” quanto “processo”, como “conteúdo” e “forma” (MARCELLINO, 2003b, p. 28).

O tempo de lazer encontra-se em relação direta com o tempo das obrigações, principalmente com as obrigações profissionais (o trabalho) e não em oposição a elas. Se considerarmos a esfera das atividades profissionais – principalmente a do trabalho, o tempo de lazer situa-se no “tempo liberado” deste, supondo, portanto, a sua existência.

No que diz respeito ao aspecto *tempo*, o lazer é uma experiência vivenciada (praticada, fruída ou conhecida) num *tempo disponível*, ou seja, num tempo liberado das obrigações sociais, profissionais, familiares, religiosas, políticas e domésticas. Entretanto, esse tempo está sempre condicionado a normas de conduta e padrões sociais, por isso a opção pelo emprego da expressão “tempo disponível” em vez de “tempo livre”³. E é no tempo liberado, ou seja, depois de todas as obrigações, que o ser humano está “livre”, pelo menos supostamente, para a vivência do lazer.

De acordo com Aranha e Martins (1993, p. 274), a moral “[...] é o conjunto de regras de conduta admitidas em determinada época ou por um grupo de homens. (...) Para que a ação coletiva se torne possível, surge a moral, com a finalidade de organizar as relações entre os indivíduos”. A moral é, portanto, um conjunto de regras estabelecidas para determinar o comportamento dos indivíduos em um grupo social.

3 No que se refere ao termo “tempo”, existem atualmente autores que se baseiam nas obras de Marcellino e que utilizam o termo “tempo disponível”, por acreditarem que a terminologia “tempo livre” é uma criação da sociedade capitalista. Outros autores, baseados em Marx, utilizam o termo “tempo livre”.

Julgamos que as considerações expostas anteriormente são importantes, porque acreditamos que é difícil pensar numa vivência do lazer desconectada das influências da vida em sociedade.

Já o aspecto *atitude* refere-se à vivência do lazer de forma desinteressada, como uma opção individual – de livre escolha, em que se busca como “recompensa” a satisfação e o prazer. E o lazer só terá significado se existir o envolvimento da pessoa com a experiência vivida.

Paiva (2003) declara que a definição de lazer, por nós utilizada, não deve ser considerada como uma idéia fechada sobre o tema, pois devemos levar em consideração aspectos da sociedade e da época em que se está inserido, bem como a relação com outros componentes da estrutura social. Se não forem considerados – sociedade, cultura, época, ambiente, gênero dos indivíduos, grau de escolaridade e idade – o entendimento do lazer poderá ser equivocado.

Um desses equívocos é a valorização unilateral das atividades de lazer, já que acaba sendo utilizado de forma alienada e meramente como consumo. Dessa forma, o lazer tem a finalidade e a existência apenas em função da busca de um ideal de felicidade, por meio do qual os problemas da humanidade estariam resolvidos. Mesmo na vivência do lazer, como em outras esferas da vida humana, existem insatisfações, pressões e alienação.

Segundo Aranha e Martins (1993), que utilizam as obras de Marx⁴,

[...] a alienação não é puramente teórica, pois se manifesta na vida real do homem, na maneira pela qual, a partir da divisão do trabalho, o

4 As obras de Marx utilizadas pelas autoras são as seguintes: Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos, 1974, e A ideologia alemã, 1984.

produto do seu trabalho deixa de lhe pertencer. Todo o resto é decorrência disso (Idem, pp. 12-13).

Assim, o homem passa a ter um valor inferior ao da mercadoria, já que se privilegiam as relações entre coisas. A partir de então, a mercadoria assume formas abstratas – dinheiro e capital – que, em vez de serem intermediárias entre as pessoas, tornam-se soberanas e tirânicas. Como consequência, “[...] a humanização da mercadoria leva à desumanização do homem, à sua coisificação, à reificação, sendo o próprio homem transformado em mercadoria (sua força de trabalho tem um preço no mercado)” (ARANHA e MARTINS, 1993, pp. 12-13).

Diante do exposto, podemos concluir que a alienação existe na produção, no setor de serviços, no consumo e também no lazer. Primeiramente, ela surgiu na produção, em decorrência da divisão do trabalho. Depois, expandiu-se e intensificou-se nas outras esferas:

Assim, a exploração e a alienação, embora ainda continuem existindo, não aparecem como atributos da esfera da produção, mas da esfera do consumo. Ao prosperarem materialmente, os trabalhadores passam a compartilhar do “espírito do capitalismo”, sucumbindo aos apelos e promessas da sociedade de consumo (ARANHA e MARTINS, 1993, p. 15).

Numa sociedade em que predomina a produção alienada, o consumo tende a ser alienado. O problema desse tipo de sociedade é que as necessidades são “artificialmente estimuladas”, principalmente pelos meios de comunicação de massa, que acabam levando os indivíduos a consumirem de maneira alienada, fazendo com que as pessoas percam a noção de suas reais necessidades e gastem mais do que realmente possuem.

Da mesma forma, o lazer alienado ocorre numa sociedade em que a produção e o consumo são alienados, pois “a passividade e o embrutecimento” dessas

atividades influenciam o “tempo livre” dos indivíduos (ARANHA e MARTINS, 1993, p. 18).

O conceito de lazer aqui adotado pode abranger uma série de atividades. Para fins de análise, adotamos a divisão proposta por Dumazedier, que distingue os conteúdos de acordo com as áreas de interesse.

Segundo Dumazedier (1980a), os conteúdos culturais do lazer são divididos em cinco áreas de interesse: (1) **manuais** – marcada pela capacidade de manipulação, seja para transformar objetos ou materiais, seja para lidar com a natureza; (2) **intelectuais** – a busca de novas informações reais, objetivas e racionais; (3) **sociais** – buscam-se relacionamentos e contato com outras pessoas; (4) **físico-esportivos** – ocorre prevalência de movimento ou exercício físico e (5) **artísticos** – marcados pelas diferentes manifestações artísticas, baseadas no imaginário, nas emoções e nos sentimentos. Camargo (1986) acrescenta a esses cinco conteúdos mais um: o **turístico**, caracterizado pela quebra da rotina, pela busca de novas paisagens e de novos conhecimentos.

Para Marcellino (2000b, p. 44) essa classificação dos seis conteúdos culturais do lazer é a mais adequada “[...] pois situa, no campo específico do lazer, as atividades que buscam o atendimento das necessidades do corpo – conferindo destaque especial às habilidades manuais, da mente, da sensibilidade e da sociabilidade”. Mesmo que ocorra predominância de uma área de interesse sobre a outra, eles – os conteúdos⁵ – não devem ser separados e, sim, trabalhados de forma

5 Vale enfatizar que cada um dos seis conteúdos pode ser desenvolvido pelos chamados animadores socioculturais. A discussão sobre o papel dos animadores socioculturais será devidamente analisada no terceiro capítulo desta pesquisa.

integrada, pois se encontram interligados. O ideal é que cada indivíduo conheça as atividades de lazer que satisfaçam os interesses e que no seu “tempo disponível” vivencie atividades que façam parte de todos os grupos de interesse “[...] exercitando o corpo, a imaginação, o raciocínio, a habilidade manual e o relacionamento social, quando, onde, com quem e da maneira que quiser”.

Já para Paiva (2003), a classificação dos conteúdos culturais tem um grande “mérito”, que é nortear, orientar e estruturar políticas na área do lazer.

Complementando a classificação dos conteúdos culturais, Dumazedier (1980b) propõe as categorias de gêneros e níveis de participação. Os gêneros das atividades a serem propostas e vivenciadas são três: *prática* ou *vivência*, *assistência* ou *fruição* e *conhecimento*. A *prática* ou *vivência* ocorre quando o indivíduo busca praticar sua atividade de lazer. Já a *assistência* ou *fruição* ocorre quando a pessoa somente observa a atividade pela qual fez a opção. E o *conhecimento* se caracteriza pela busca de informações sobre a atividade escolhida.

Dentro dessas discussões sobre o gênero dos conteúdos, convém lembrarmos que a questão da atividade e da passividade está geralmente relacionada com a prática e com o consumo. Dessa maneira, todo o “fazer” estaria associado à prática; enquanto o “assistir”, à passividade. Porém, o que determina a atitude como ativa ou passiva é a maneira como se processa a participação do indivíduo na atividade de lazer. Assim, a classificação “ativo/passivo” poderia ser encontrada nos três gêneros – prática, assistência ou fruição (MARCELLINO, 2000b).

O que também determina essa classificação “ativo/passivo” são os níveis de participação dos indivíduos, que podem ser classificados em *elementar* ou

conformista, médio ou crítico e superior ou criativo (DUMAZEDIER, 1980b). No nível *elementar* ou *conformista*, os indivíduos apenas reproduzem as atividades, não ocorrendo sua análise ou reflexão. No nível *médio* ou *crítico*, o indivíduo busca informações que lhe são importantes e a partir delas faz opção por determinadas atividades ou experiências. Já no *superior* ou *criativo*, ocorre a criação de possíveis atividades e de novas oportunidades. Portanto, os indivíduos, na vivência do lazer, devem passar por experiências de índice conformista ao crítico, até atingir o criativo.

Sintetizando o exposto, acreditamos que, conhecendo as diversas concepções do lazer, segundo variados autores, os conteúdos culturais do lazer e suas áreas específicas de interesse: *as manuais, as intelectuais, as sociais, as físico-esportivas, as artísticas e as turísticas*; os gêneros das atividades: *a prática ou a vivência, a assistência ou a fruição e o conhecimento*; bem como os níveis de participação nas atividades: *elementar* ou *conformista, médio ou crítico e superior* ou *criativo*, o lazer e sua possibilidade como prática educativa são importantes justamente por permitir aos indivíduos que o vivenciam a superação da fase conformista para as fases crítica e criativa, independentemente do tipo de atividade pela qual fizeram opção, tornando-os capazes de questionar os valores da ordem vigente e transformar a realidade na qual estão inseridos.

Essa não é a única visão possível sobre esse tema. No próximo tópico, estaremos abordando algumas possibilidades de abordagens do lazer na sua relação com a sociedade.

1.2 As abordagens funcionalistas e críticas do lazer

Conhecer o lazer implica esclarecer as várias abordagens atribuídas a esse tema no âmbito acadêmico, que tem como “pano de fundo” as interpretações funcionalistas⁶. As análises funcionalistas evidenciam o sentido dado para essa interpretação, qual seja:

Mostrar a parte que as instituições têm na totalidade de um sistema cultural, como afirma Malinowski; ou em outros termos, a contribuição que uma instituição dá a manutenção do conjunto social do qual faz parte (ABBAGNANO, 1982, p. 450).

Segundo Padilha (2003, p. 256), o funcionalismo é uma “teoria do equilíbrio social”, que concebe a cultura como um sistema de relações entre instituições e que, por meio dessas relações, uma crença ou um costume pode ser compreendido. É o elo estabelecido entre as partes que permite o entendimento do todo homogêneo e harmônico.

O emprego do termo lazer de forma equivocada, sua apropriação e utilização pelo senso comum e os valores a ele atribuídos contribuem para difundir a visão funcionalista do lazer, que Marcellino (2003a) classifica como as nuances *romântica, moralista, compensatória e utilitarista*.

Uma das visões funcionalistas, a abordagem romântica pode ser considerada como aquela “marcada pela ênfase nos valores da sociedade tradicional e pela nostalgia do passado” (MARCELLINO, 2003a, p. 36).

Entendemos que, de acordo com a visão *romântica*, o lazer bom era aquele praticado antigamente e que as opções contemporâneas de lazer não são

consideradas boas; então, já que não podemos voltar ao passado, também não propomos novas opções de atividades, mantendo, assim, a ordem presente estabelecida.

Uma outra abordagem, a *moralista*, caracteriza-se pelo caráter de ambigüidade do lazer, ou seja, ao mesmo tempo que o lazer pode engrandecer, ele também pode prejudicar o jovem e, principalmente, a criança, na realização de atividades comprometedoras do ponto de vista da ordem social. O lazer não é visto como possibilidade para o desenvolvimento humano sob a perspectiva de emancipação e transformação, ou seja, como questionador da ordem vigente. Essa noção “moralista” pode ser distinguida, também, pela dualidade de lazer “sano e insano”, sendo “bom” apenas o lazer sano, isto é, aquele que preserva a ordem.

A abordagem *compensatória* refere-se à oposição entre a esfera das obrigações e a realização individual. De um lado está o trabalho das sociedades modernas: “alienado, mecânico, fragmentado e especializado” e, do outro, a realização pessoal e individual, ou talvez a sua falta (MARCELLINO, 2003a, p. 37). Segundo essa abordagem, o lazer é entendido como recompensa pela insatisfação e pela alienação causadas pelo trabalho e pelas obrigações.

E a última dessas abordagens, a *utilitarista*, reduz o lazer apenas à função de recuperação da força de trabalho ou como instrumento de desenvolvimento. Essa abordagem vê o ser humano como máquina, e o lazer é necessário para que ele volte a produzir, mantendo, dessa maneira, o funcionamento do sistema.

6 O termo “funcionalista” na área do lazer foi cunhado por Marcellino, no seu livro “Lazer e educação”

Segundo Marcellino (2003, p. 104), as abordagens citadas anteriormente, entendidas como “funcionalistas”, são “altamente conservadoras”, buscam a “paz social”, “a manutenção da ordem”, do “status quo” e “têm raízes sociais profundas e marcantes”. Compreendemos, então, que, segundo os princípios funcionalistas, o lazer não é entendido como um direito social e, sim, como uma mercadoria, cujas finalidades são manter a ordem estabelecida e o funcionamento do sistema.

Para Padilha (2003), o lazer sob a ótica funcionalista,

[...] é visto como algo necessariamente bom em oposição ao trabalho como algo necessariamente ruim. Por instrumentalizar o lazer para servir de válvula de escape, para buscar a ordem, a paz e a manutenção social, a visão funcionalista é conservadora. Todos os autores adeptos desta corrente teórico-metodológica compreendem o lazer como remédio eficiente para a cura dos males que ameaçam, por alguma razão, o equilíbrio social. (...) Nessa lógica compensatória que opõe trabalho ao lazer, a sociedade permanece em harmonia, na medida em que uma eventual perda pode ser recuperada por meio dos ganhos no exercício eficiente das funções do lazer (Idem, pp. 256-257).

Dentro de uma perspectiva crítica ao funcionalismo, Marcellino distingue outras três abordagens⁷. Uma delas é a visão crítica fechada e cínica ou visão crítica míope, que contribui para a manutenção do status quo, ao mesmo tempo que o critica, pois enquanto a infra-estrutura não for transformada, nada de mais significativo poderá ser feito na área do lazer.

Segundo a visão ecológica ingênua, o lazer é tido como um estilo de vida, “gerador espontâneo de uma nova consciência”, ou seja, as mudanças podem ocorrer

7 Encontramos informações sobre a visão fechada e cínica e sobre a ecológica ingênua em artigos publicados nos seguintes livros: Lazer e esporte: políticas públicas (2001a, p. 20); Qualidade de vida: complexidade e educação (2001b, p. 56); Lazer e desenvolvimento regional (2002, p. 49). O assunto também foi abordado em aula, no dia 11/03/2004, na disciplina “Teoria do lazer e suas relações com o corpo e o movimento”, ministrada pelo Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino, na Universidade Metodista de Piracicaba.

pela vivência de valores ecológicos, independentemente de qualquer tipo de política (MARCELLINO, 2002, p. 49).

Já de acordo com a visão crítica e criativa, acredita-se na possibilidade de mudanças por meio de iniciativas no plano cultural, preparando para transformações na infra-estrutura e, assim, em toda a sociedade.

Acreditamos que trabalhar o lazer como prática educativa é romper com a visão funcionalista e conservadora das atuais interpretações do lazer. É difundir a idéia de que mudanças são possíveis e necessárias, e que o lazer pode ser um canal possível para essas transformações.

1.3 Desenvolvimento humano e lazer

Destacamos aqui os valores mais comumente associados ao lazer: “descanso” – tanto físico quanto mental; “divertimento” e “desenvolvimento” – pessoal e social (DUMAZEDIER, 1980a). É válido lembrar que, para a vivência de um lazer de qualidade, é necessário haver um equilíbrio entre esses três valores.

O descanso e o divertimento estão presentes na maioria das atividades de lazer, pois são os principais objetivos dos indivíduos que as vivenciam. Já o desenvolvimento – pessoal e social – não é tão claro, quer para quem o busca, quer para quem propicia sua vivência.

Para que ocorra um equilíbrio entre descanso, divertimento e desenvolvimento, é de extrema importância fazer uma ponte entre os valores

associados ao lazer e os conteúdos culturais já abordados. Utilizando-se de tais conteúdos, devemos procurar estimular o desenvolvimento social e pessoal dos indivíduos.

O desenvolvimento humano pode ser considerado tanto objeto do lazer como da educação. Devemos lembrar que lazer não é apenas divertimento ou descanso. Nele podemos encontrar também uma grande possibilidade de desenvolvimento, tanto dos aspectos biológicos e psicológicos das pessoas, bem como da relação do indivíduo com a sociedade.

Gostaríamos de salientar que esta pesquisa não pretende negar o descanso e o divertimento proporcionados pela experiência do lazer, mas nela enfatizamos sua dimensão menos considerada do lazer até o momento: a de desenvolvimento que a sua vivência pode proporcionar:

[...] Tanto cumprindo objetivos consumatórios, como o relaxamento e o prazer propiciados pela prática ou pela contemplação, quanto objetivos instrumentais, no sentido de contribuir para a compreensão da realidade, as atividades de lazer favorecem, a par do desenvolvimento pessoal, também o desenvolvimento social, pelo reconhecimento das responsabilidades sociais a partir do aguçamento da sensibilidade em nível pessoal, pelo incentivo ao auto-aperfeiçoamento, pelas oportunidades de contatos primários e de desenvolvimento de sentimentos de solidariedade. E isso não é apenas, indicador, mas também fator de desenvolvimento em sentido amplo (MARCELLINO, 2002, p. 46).

Na Educação Física, o aspecto desenvolvimento é entendido como desenvolvimento físico, biológico ou então psicológico, na maioria dos estudos publicados. Mas a nossa proposta é trabalhar com o desenvolvimento em sentido amplo, considerado a partir das perspectivas individuais e sociais.

Para Telles (2001, p. 77), desenvolvimento “[...] compreende todas as transformações que sofre um organismo, desde o momento em que é concebido até a morte, no sentido de progresso e aquisição de capacidades mais amplas”.

Assim, o desenvolvimento de todo e qualquer indivíduo é um processo contínuo, que se inicia desde a concepção e se estende por toda a vida. O mesmo ocorre com o desenvolvimento da personalidade.

De acordo com Telles (2001), o desenvolvimento da personalidade é um processo de evolução, de diferenciação e de integração, por meio do qual o indivíduo organiza alguns sistemas de relação, como, por exemplo, com o ambiente, estabelecendo hábitos, desenvolvendo motivos, interesses, sentimentos, preconceitos e aspirações. Todo esse processo, além de complicado, também é influenciado por um conjunto de fatores interligados e que interatuam continuamente. Esses fatores são: a maturação, a aprendizagem, a hereditariedade e o ambiente.

A maturação e a aprendizagem estão diretamente ligadas, sendo praticamente impossível isolar a influência de uma sobre a outra. A maturação é o desenvolvimento do organismo em função do tempo ou da idade; a aprendizagem significa mudança no comportamento como resultado de uma experiência. Para que ocorra a aprendizagem, é necessária e até mesmo indispensável a maturação do indivíduo (TELLES, 2001).

A hereditariedade e o ambiente se interligam, sendo impossível separá-los ou distinguir até onde ocorre a influência de um ou de outro. Desde o seu nascimento, o indivíduo sofre influências do meio ambiente e, portanto, não se forma apenas pelas

informações genéticas, mas também pelas possibilidades e pressões dos fatores ambientais (TELLES, 2001).

Normalmente, o desenvolvimento humano está associado ao desenvolvimento da personalidade ou então ao desenvolvimento das capacidades físicas, biológicas e psicológicas. Esquecemos que ele também deve estar associado ao desenvolvimento da sociabilidade, da individualidade e da liberdade de expressão, ao exercício da cidadania e à capacidade dos indivíduos de contestar a realidade. Acreditamos que essas realizações podem ser proporcionadas pela vivência e pela experiência do lazer.

Um dos autores que entende que o lazer, assim como a educação, tem como um de seus objetivos o desenvolvimento da personalidade dos indivíduos é Parker (1978). Para ele

Uma das funções do lazer é desenvolver a personalidade e, neste sentido, os objetivos do lazer e da educação se harmonizam. (...) Tal perspectiva do lazer, o vê não como o oposto do trabalho e de tudo o que seja sério, mas como seu colaborador (Idem, pp. 112-113).

Já para Dumazedier (1980a), o lazer,

[...] permite uma participação social maior e livre, a prática de uma cultura desinteressada do corpo, da sensibilidade e da razão, além da formação prática e técnica; oferece novas possibilidades de integração voluntária à vida de agrupamentos recreativos, culturais e sociais; possibilita o desenvolvimento livre das atitudes adquiridas na escola... e incita a adotar atitudes ativas na utilização de fontes diversas de informações tradicionais ou modernas (imprensa, filme, rádio, televisão) (Idem, p. 24).

Então, é na vivência do lazer que o indivíduo pode desenvolver-se socialmente, seja por meio do exercício do trabalho em grupo, seja pela tomada de consciência de suas responsabilidades, tanto para com o meio, como para com as pessoas.

De acordo com Marcellino (2000b), o lazer pode oferecer oportunidades privilegiadas e espontâneas, tanto de tomada de contato, quanto de percepção e reflexão sobre as pessoas e as realidades nas quais estão inseridas, ocorrendo ao mesmo tempo desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos e não somente desenvolvimento da personalidade. Portanto, pensar o lazer sob a ótica do desenvolvimento humano é extrapolar os limites dados por interpretações psicologizantes que o entendem apenas como desenvolvimento das capacidades físicas e psicológicas; é pensá-lo como um importante “canal de informação” que pode contribuir para o exercício da cidadania. É quando os cidadãos podem praticar sua liberdade e sua individualidade. É onde e quando podem dialogar com o mundo, contestar a realidade e buscar transformá-la. É uma experiência na qual o indivíduo pode realizar-se como ser humano e como cidadão.

Marcellino (2003b) considera

[...] o lazer como possibilidade privilegiada, enfatizada, para a vivência de valores que embasem mudanças, ou abram perspectivas para mudanças de ordem moral e cultural necessárias para a implantação de uma nova ordem social (Idem, p. 40).

O lazer é ainda um espaço para a participação cultural em que as pessoas podem usufruir e criar cultura. Assim, pode ser considerado como uma das mais importantes formas de manifestação cultural. Essa participação cultural permite a renovação democrática e humanista da cultura e da sociedade, possibilitando a criação e a instauração de uma nova ordem social e também de uma nova cultura, marcada pela necessária reforma moral e intelectual. Marcellino (2003b) considera como participação cultural:

[...] a atividade não conformista, mas crítica e criativa de sujeitos historicamente situados. Assim, a vivência do lúdico precisa ser

considerada também na sua contribuição para que os níveis culturais conformistas sejam superados e que a prática de atividades de lazer se transforme em participação efetiva. Entendo, ainda, a participação cultural como uma das bases para a renovação democrática e humanista da cultura e da sociedade, na perspectiva gramsciana, tendo em vista, não só a instauração de uma nova ordem social, mas de uma nova cultura, iniciada pela necessária reforma intelectual e moral. Isso não significa o isolamento do plano cultural, do social e do econômico, mas tão-somente, que não cabe justificar o imobilismo pela existência de uma ordem social adversa. Pelo contrário, essa situação aumenta a responsabilidade de atuação na vida cultural, procurando um vínculo orgânico com o povo, buscando sua participação cultural efetiva (Idem, pp. 45-46).

Acreditamos, portanto, que o lazer é um momento no qual o ser humano se sente “livre” – principalmente das pressões exercidas pela sociedade. É onde encontra liberdade de expressão e relaxamento dos padrões e normas da ordem vigente, onde são aceitos certos tipos de comportamento e atitudes não aceitos em outras esferas da vida humana. É quando existe a possibilidade de melhorar o corpo e o movimento, a mente e o raciocínio, a sociabilidade, aprimorar seu senso crítico, conhecer pessoas e lugares.

Então, além do desenvolvimento da personalidade, o lazer também proporciona desenvolvimento social e pessoal, seja por meio do contato face a face, do trabalho grupal, ou seja, por meio da percepção da realidade, da busca de informações, etc. Assim, julgamos ser extremamente difícil separar e analisar como dois campos distintos o desenvolvimento pessoal e o desenvolvimento social, já que ambos caminham juntos e se complementam.

Esse desenvolvimento pessoal e social leva os homens a uma formação integral, sendo que, quanto ao desenvolvimento social, o indivíduo se transforma em cidadão e, quanto ao pessoal, o indivíduo se transforma em pessoa.

Proporcionados pela vivência do lazer, os indivíduos acabam não percebendo tal desenvolvimento, pois eles se desenvolvem brincando, divertindo-se e, além de tudo, por prazer e com prazer.

Este primeiro capítulo apresentou diferentes conceituações e interpretações de lazer, segundo autores representativos de variadas tendências. Independente da abordagem – funcionalista ou crítica que suas visões apresentam, colaboram para a elaboração de toda uma teoria do lazer. Abordamos também o desenvolvimento humano, tanto individual quanto social como uma das funções do lazer, ao lado do descanso e do divertimento, e suas possibilidades de contribuição para a formação de um homem integral, crítico e criativo, capaz de participar culturalmente, vivenciando e gerando valores questionadores da ordem social vigente e suas imposições, que preparem mudanças na sociedade como um todo. Mas, para que isso ocorra, é indispensável a colaboração da educação vista como processo amplo, que também tem como objetivo proporcionar o desenvolvimento humano.

No segundo capítulo abordaremos questões referentes à educação e suas diversas concepções, bem como as relações que se estabelecem entre o lazer e a educação.

Capítulo II

AS INTERFACES ENTRE EDUCAÇÃO E LAZER

Acreditamos que na mesma medida que o lazer é fundamental na vida das pessoas, a educação também é.

Entendida como um processo mais amplo, tanto cumprindo o papel de transmissora e recriadora de cultura entre as pessoas, quanto um dos meios mais eficientes para transformar indivíduos conformistas em críticos e criativos, a educação pode ser capaz de inculcar valores questionadores da situação e preparar as pessoas para a realização de transformações em toda a sociedade.

Além disso, a educação também deve estar associada ao desenvolvimento humano, e conseqüentemente, ao social, cultural e econômico.

E é nesse contexto de desenvolvimento que trabalharemos com uma concepção de educação que pressupõe a formação do homem integral, em contraposição ao homem unilateral gerado pelo atual modo de produção.

Desse modo, o lazer como prática educativa, nas possibilidades da educação para e pelo lazer, pode proporcionar o desenvolvimento humano integral.

2.1 A educação

Não há uma única forma nem um único modelo de educação, bem como a escola não é o único local onde ela ocorre, já que ela está presente na rua, na igreja, na família, em todas as instituições e relações sociais. Também o ensino escolar não pode ser considerado como sua única prática e o professor como seu único praticante. A educação difere, também, de acordo com cada sociedade.

Em mundos diversos a educação existe diferente: em pequenas sociedades tribais de povos caçadores, agricultores ou pastores nômades; em sociedades camponesas, em países desenvolvidos e industrializados; em mundos sociais *sem* classes, *de* classes, com este ou aquele tipo de conflito entre as suas classes; em tipos de sociedades e culturas sem Estado, com um Estado em formação ou com ele consolidado entre e sobre as pessoas.

Existe a educação de cada categoria de sujeitos de um povo; ela existe em cada povo, ou entre povos que se encontram. Existe entre os povos que submetem e dominam outros povos, usando a educação como um recurso a mais de sua dominância. Da família à comunidade, a educação existe difusa em todos os mundos sociais, entre as incontáveis práticas dos mistérios do aprender; primeiro, sem classes de alunos, sem livros e sem professores especialistas; mais adiante com escolas, salas, professores e métodos pedagógicos (BRANDÃO, 1985, pp. 09-10).

A educação também pode existir livremente, quando ela representa o saber que as pessoas criam para tornar “comuns” as idéias, as crenças, o trabalho.

Verificamos essa forma de educação nos chamados grupos sociais “comunitários”, assim como nos grupos indígenas. Da mesma maneira, a educação pode existir a serviço de um sistema centralizado de poder, que utiliza o saber como forma de controle para reforçar as desigualdades sociais, as divisões de bens e outros (Idem, p. 10).

Assim, de acordo com Brandão (1985), a educação cumpre um papel fundamental de transmissão e recriação de cultura entre os povos.

A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. Formas de educação que produzem e praticam, para que elas reproduzam, entre todos os que ensinam-e-aprendem, o saber que atravessa as palavras da tribo, os códigos sociais de conduta, as regras do trabalho, os segredos da arte ou da religião, do artesanato ou da tecnologia que qualquer povo precisa para reinventar, todos os dias, a vida do grupo e a de cada um de seus sujeitos, através de trocas sem fim com a natureza e entre os homens, trocas que existem dentro do mundo social onde a própria educação habita, e desde onde ajuda a explicar – às vezes a ocultar, às vezes a inculcar – de geração em geração, a necessidade da existência de sua ordem (Idem, pp. 10-11).

Nesse sentido, a educação possui uma força fundamental na construção de “tipos” de homens que as sociedades buscam forjar. Se são necessários burocratas ou mesmo guerreiros, a educação e o saber que são transmitidos são utilizados como meios para os constituírem e legitimarem. Para além da produção de “tipos” de homens, ela é responsável pela construção de “tipos” de sociedades, pela produção de crenças, idéias, qualificações, trocas de símbolos, bens e poderes (Brandão, 1985, p. 11).

A educação do ser humano existe por toda parte e é o resultado da ação do meio sociocultural sobre os que nele vivem, sendo o exercício de viver e conviver o que educa. A escola seja ela de qualquer tipo, é um lugar, um momento e um instrumento onde isto pode ocorrer.

Gostaríamos de salientar que o termo educação abrange um universo que vai além dos muros da escola, instituição com papel central na formação das pessoas. As especificidades da educação, em sentido amplo, são muitas. Entre elas a educação não-formal, uma modalidade que vem crescendo e ocupando espaço no cenário nacional. Afonso (1989) distingue educação formal de educação não-formal e de informal:

Por educação formal entende-se o tipo de educação organizada com uma determinada seqüência e proporcionada pelas escolas enquanto que a designação educação informal abrange todas as possibilidades educativas no decurso da vida do indivíduo, constituindo um processo permanente e não organizado. Por último, a educação não-formal, embora obedeça também a uma estrutura e a uma organização (distintas, porém, das escolas) e possa levar a uma certificação (mesmo que não seja essa a finalidade), diverge ainda da educação formal no que respeita à não fixação de tempos e locais e à flexibilidade na adaptação dos conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto (Afonso **apud** SIMSON et al, 2001, p. 78).

Assim, acreditamos que o lazer como prática educativa é um processo de educação informal, já que abrange diversas possibilidades educativas ao longo de toda a vida dos indivíduos.

Brandão (1985), que acabou reunindo no seu conceito de educação as idéias de autores que concebem a educação da mesma maneira que Durkheim⁸, a entende como,

[...] uma prática social (como a saúde pública, a comunicação social, o serviço militar) cujo fim é o desenvolvimento do que na pessoa humana pode ser aprendido entre os tipos de saber existentes em uma cultura, para a formação de tipos de sujeitos, de acordo com as necessidades e exigências de sua sociedade, em um momento da história de seu próprio desenvolvimento (Idem, pp. 73-74).

8 Para Durkheim, a educação “[...] é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objetivo suscitar e desenvolver na criança certo número de estados físicos, intelectuais e morais reclamados pela sociedade política no seu conjunto e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destina” (Émilly Durkheim apud BRANDÃO, 1985, p. 71).

Como já citado, a construção da sociedade também faz parte de todo um processo educativo com base na produção e na criação de crenças e de idéias, de qualificações e de especialidades que envolvem a troca de símbolos, de intenções, de padrões de cultura, de bens e de relações de poder. Desse modo, a educação tem como um de seus objetivos, que Brandão (1985) chama de missão, transformar os indivíduos e o mundo em algo melhor, fazê-los evoluir e torná-los mais humanos.

A educação atua sobre a vida e o crescimento da sociedade em dois sentidos: primeiro, no desenvolvimento das forças produtivas e, segundo, no desenvolvimento de valores culturais.

Assim, a educação também pode ser pensada como um dos principais meios para a realização de mudanças – políticas, econômicas e culturais – ou, então, um recurso que auxilia as pessoas a se adaptarem a este mundo que está em constante transformação. Além disso, ela também pode estar associada ao desenvolvimento, seja ele social, socioeconômico, nacional, regional, de comunidades ou do próprio indivíduo.

E é nesse contexto de desenvolvimento, onde o indivíduo se torna pessoa e se torna cidadão, promovendo, conseqüentemente, o desenvolvimento e a transformação de comunidades, de regiões, da nação, mudanças nos planos social, cultural e econômico, que acreditamos no lazer como processo educativo, na formação de um ser humano integral, capaz de promover alterações na ordem social estabelecida.

Ampliando a discussão sobre educação, Saviani (2002a) afirma que ela só tem sentido se estiver voltada para promover o ser humano, isto é,

[...] tornar o homem cada vez mais capaz de conhecer os elementos de sua situação para intervir nela transformando-a no sentido de uma ampliação da liberdade, da comunicação e colaboração entre os homens (Idem, p. 35).

Desse modo, se a educação visa promover o ser humano, os objetivos educacionais são determinados pelas necessidades humanas, inseridas e desenvolvidas em um contexto existencial concreto. Portanto, para se definir tais objetivos, é necessário, em primeiro lugar, analisar a realidade concreta, isto é, no nosso caso, o contexto socioeconômico e cultural em que vive o brasileiro.

Assim, Saviani (2002a) define quatro objetivos gerais para a educação brasileira:

1. *educação para a subsistência*: os indivíduos precisam aprender a tirar os meios para sobreviver de situações adversas;
2. *educação para a libertação*: é preciso que as pessoas aprendam a escolher e a ampliar suas possibilidades de opção, tornando-se capazes de intervir na realidade, de tomar decisões e de assumir as responsabilidades de suas escolhas;
3. *educação para a comunicação*: é necessário que os indivíduos adquiram os instrumentos necessários para que se estabeleça uma comunicação intersubjetiva, possibilitando a consciência das suas possibilidades e dos seus limites;
4. *educação para a transformação*: porém os objetivos expostos nos outros três itens só serão alcançados se ocorrer uma mudança tanto do panorama nacional atual, como no educacional.

Entretanto, salientamos que a educação não deve ser pensada apenas como o único instrumento para a realização de mudanças. Da mesma maneira, o lazer pode ser um meio eficiente, desde que utilizado adequadamente para esse fim. O lazer como prática educativa deve possibilitar a libertação, a comunicação e a transformação tanto dos indivíduos, quanto da sociedade na qual estão inseridos.

Pensar a possibilidade de trabalhar o lazer como prática educativa libertadora e desalienadora também implica apostarmos numa teoria de educação que rompa com as visões consensuais divulgadas nesta sociedade. Entre essas, situa-se a teoria marxista de educação.

Quando se fala em teoria marxista, está-se falando de conceitos que servem aos intelectuais como instrumento para analisar, de maneira científica e crítica, as diversas sociedades⁹, suas leis de funcionamento e desenvolvimento, além das suas relações com o trabalho e, no nosso caso, com o lazer. Essa teoria está constituída pelo materialismo dialético.

Segundo Gadotti (1990), para Marx o homem não é uma coisa dada, acabada. Ele se torna homem a partir de duas condições básicas:

1. o homem produz-se a si mesmo, determina-se, ao se colocar como um ser em transformação, como ser da práxis;
2. a realização do homem como atividade dele próprio só pode ter lugar na história. A mediação necessária para a realização do homem é a realidade material (Idem, p.42).

Essa é a base da concepção marxista de educação: o homem é o que ele se faz socialmente, cria-se a si mesmo, por seus atos. Por isso, “[...] as faculdades do

9 De acordo com Bottomore (1988), sociedade capitalista é a denominação dada a uma sociedade na qual o modo de produção, representado pelo capital, é o principal meio de produção. Essa sociedade é caracterizada por: (1) “produção para a venda”; (2) existência de um mercado onde a força de trabalho é

homem devem ser desenvolvidas em todos os domínios da vida social, isto é, no trabalho, na política, na economia, na cultura, no consumo, etc” (Gadotti, 1990, p. 52).

Entretanto, esse processo é contínuo e deve dar-se desde a infância. Assim, o tripé básico da educação para todos é: (1) educação intelectual; (2) educação corporal e (3) educação tecnológica¹⁰.

O ensino intelectual corresponde à formação de uma sólida cultura geral; a educação corporal, ao desenvolvimento físico, por meio da ginástica e do esporte; e a educação tecnológica, ao aprendizado profissional polivalente, isto é, técnico e científico.

Segundo Bottomore (1988), a teoria marxista de educação visa,

[...] assegurar o desenvolvimento integral da personalidade. Com a reaproximação da ciência e da produção, o ser humano pode tornar-se um produtor no sentido mais completo. Assim sendo, suas potencialidades podem ser reveladas e desenvolver-se. Todo um universo de necessidades vem à tona nessas condições, ativando o indivíduo em todas as esferas da vida social, inclusive o consumo, o prazer, a criação e o gozo da cultura, a participação na vida social, a integração com outros seres humanos e a autorealização (autocriação). A realização desse objetivo exige, entre outras coisas, a transformação da divisão social do trabalho (Idem, p. 122).

A teoria marxista de educação que começou a surgir na década de 1840, em muitas obras de Marx e Engels, compreende basicamente quatro concepções, sendo que a exposta acima é a que mais nos interessa. As outras três compreendem:

1. educação pública gratuita, compulsória e uniforme para todas as crianças;

comprada e vendida”; (3) uso do dinheiro; (4) “o capitalista controla o processo de produção (trabalho)”; (5) “controle das decisões financeiras” e (6) “concorrência entre capitais” (Idem, pp. 51-52).

10 O original encontra-se em espanhol:

1. “Educación intelectual”;
2. “Educación corporal, tal como la que se logra con ejercicios gimnásticos y militares”, e
3. “Educación tecnológica, que recoge los principios generales y de carácter científico de todo el proceso de producción y al mismo tiempo inicia a los niños en el manejo de las herramientas elementales de las diversas ramas industriales” (Karl Marx apud ARANHA, 1999, p. 142).

2. a combinação da educação com a produção material (ou, numa das formulações de Marx, a combinação de instrução, ginástica e trabalho produtivo);
3. à comunidade é atribuído um novo e considerável papel no processo educacional, que transforma as relações entre os grupos dentro da escola e implica numa relação mais aberta entre a escola e a sociedade (BOTTOMORE, 1988, p. 122).

Um outro ponto da concepção marxista, muito influente na educação brasileira, é a formação do homem integral, *omnilateral*, que remete à questão da emancipação humana.

Aranha (1999) ressalta,

[...] que para Marx, o desenvolvimento do homem integral, tanto objetiva quanto subjetivamente só é possível com a superação da propriedade privada, ainda que esta seja para ele considerada como uma etapa necessária ao processo de humanização e emancipação humana que só se darão plenamente com o consumismo (Idem, p. 149).

Para Marx, a *omnilateralidade* não é o desenvolvimento de potencialidades humanas inatas, é a criação dessas potencialidades pelo próprio homem, no trabalho¹¹. Assim, ele concebe a educação como um fenômeno vinculado à produção social total; portanto, um fenômeno social, produto e produtor de várias determinações sociais.

A omnilateralidade é, pois, o chegar histórico do homem a uma totalidade de capacidades e, ao mesmo tempo, a uma totalidade de capacidade de consumo e gozo, em que se deve considerar sobretudo o usufruir dos bens espirituais, além dos materiais de que o trabalhador tem estado excluído em consequência da divisão do trabalho (Mário A. Manacorda **apud** GADOTTI, 1990, p. 58).

Em contrapartida, ao mesmo tempo que a educação pode ser um poderoso instrumento para transformações, ela também pode acentuar ainda mais as

11 Segundo Andery et al (1988, pp. 13-14) o trabalho é “[...] uma atividade humana intencional que envolve formas de organização, objetivando a produção dos bens necessários à vida humana”, base de todas as relações humanas, determinando e condicionando a vida. As relações de trabalho, “[...] a forma de dividi-lo, organizá-lo, ao lado do nível técnico dos instrumentos de trabalho, dos meios disponíveis para a produção de bens materiais” compõem a base econômica da sociedade. E é essa base econômica que determina as formas políticas, jurídicas e as idéias que existem em cada sociedade. A

desigualdades sociais, pois atuando dentro de uma sociedade regida pelo modo de produção capitalista, ela acaba por reproduzir e até mesmo consagrar as desigualdades produzidas pela oposição entre o capital e o trabalho. Nessa sociedade, a educação deixa de ter o seu valor como um bem de uso e passa a ser um bem de troca, um bem de consumo, um bem de mercado, de uso próprio de grupos reduzidos, podendo ser adquirida com base em de um processo de compra e venda. Na mesma medida, acreditamos que pensar o lazer nessa sociedade é entendê-lo também de forma alienada e como uma forma de consumo.

Acreditamos que a educação, a princípio pensada como um instrumento para a realização de mudanças, um instrumento utilizado para se alcançar o desenvolvimento pleno dos indivíduos e até mesmo da sociedade, acaba sendo hoje, de modo geral, um meio contrário a tais mudanças, um instrumento de controle e dominação das pessoas e das classes sociais menos favorecidas. Com a divisão do trabalho ocorre uma “superintelectualização” das elites e um embrutecimento crescente das massas trabalhadoras. A elevação do nível cultural das classes trabalhadoras deverá realizar-se com a conquista de emancipação política, onde dominados e dominantes terão condições de igualdade, então a relação de poder irá deixar de existir. A educação consolidará tais conquistas pela união do trabalho produtivo com o ensino intelectual, o exercício físico e o aprendizado politécnico. O homem que trabalha não só com as mãos, mas também com o cérebro torna-se consciente do processo que desenvolve, dominando o instrumento que utiliza e não sendo dominado por ele.

transformação dessa base leva à transformação de toda a sociedade, “[...] implicando um novo modo de produção e uma nova forma de organização política e social”.

Para Marx, é necessário “[...] substituir o homem unilateral, especializado e alienado, por homem *omnilateral*, não especializado e, sobretudo, livre da exploração e da alienação do seu trabalho” (GADOTTI, 1990, p. 59).

Aranha e Martins (1993) entendem que num mundo onde a produção e o consumo são alienados¹², o lazer também o é, pois “a passividade e o embrutecimento daquelas atividades acabam por influenciar o “tempo livre”:

Sabe-se que pessoas submetidas ao trabalho mecânico e repetitivo na linha de montagem têm o tempo livre ameaçado pela fadiga mais psíquica do que física, tornando-se incapazes de se divertir. Ou então, exatamente ao contrário, procuram compensações violentas que as recuperem do amortecimento dos sentidos (Idem, p. 18).

As propagandas veiculadas pela “indústria do lazer” orientam as escolhas e os modismos, manipulando o gosto das pessoas e determinando os programas.

Utilizar o lazer de forma diferente da exposta acima é buscar práticas que rompam com o lazer funcionalista posto pela sociedade capitalista.

Gostaríamos de salientar que lazer não é sinônimo de “tempo livre”. Segundo Marx, “[...] ao passo que os indivíduos se tornassem mais instruídos, mais qualificados, aumentaria a produtividade do trabalho e, conseqüentemente, o tempo livre”. Assim, para Marx, tempo livre é o tempo de não trabalho (NOGUEIRA, 1993, p. 133). Isso importa para as discussões da área do lazer, considerando que é justamente no “tempo livre” dos indivíduos que a vivência do lazer é possibilitada. Esse lazer foi forjado pelo capitalismo no sentido de ocupar o “tempo livre” dos trabalhadores, principalmente a partir da consolidação da classe trabalhadora como expressão social.

12 Segundo as autoras (1993, p. 16), a produção em massa, característica da sociedade capitalista, leva os indivíduos, conseqüentemente, ao consumo de massa. O problema aí estabelecido – na sociedade de consumo – “[...] é que as necessidades são artificialmente estimuladas, sobretudo pelos meios de comunicação de massa, levando os indivíduos a consumirem de maneira alienada”.

Assim, na sociedade capitalista, o lazer tornou-se uma forma de controle social, além de ser uma fonte geradora de lucro.

Saviani (2002a) acredita que a educação

[...] desempenhará o papel de reforçamento dos laços sociais na medida em que for capaz de sistematizar a tendência a inovação, solicitando deliberadamente o poder criador do homem. E ela só poderá fazer isso voltando-se para as formas de convivência que se desenvolvem no seio dos diversos grupos sociais estimulando-os na sua originalidade e promovendo o intercâmbio entre eles a partir dos elos que, embora tênues, os unem entre si num mesmo todo social (Idem, p. 144).

Mas para que isso ocorra, devemos levar em consideração dois elementos fundamentais: primeiramente, devemos conhecer os indivíduos e o contexto socioeconômico e cultural em que estão inseridos; em segundo lugar, devemos pensar a educação como um processo permanente, que ocorre ao longo de toda a vida das pessoas, não sendo privilégio somente de crianças ou de adolescentes.

Brandão (1985) considera que existem outras formas de educação além da escolar, ou seja, ela pode ocorrer em casa, na rua e na igreja. E nós consideramos o lazer como uma prática educativa.

2.2 Lazer como prática educativa

O lazer como prática educativa tem como uma de suas prioridades proporcionar o desenvolvimento humano integral, no sentido da *omnilateralidade* proposta por Marx, tanto pessoal quanto social. Prática entendida no sentido de práxis:

A expressão práxis refere-se, em geral, à ação, à atividade, e, no sentido que atribui Marx, à atividade livre, universal, criativa e autocriativa, por meio da qual o homem cria (faz, produz) e transforma (conforma) seu mundo humano e histórico e a si mesmo; atividade

específica ao homem, que o torna basicamente diferente de todos os outros seres. Nesse sentido, o homem pode ser considerado como um ser da práxis, entendida como o conceito central do marxismo, e este como a “filosofia” (ou melhor, o “pensamento”) da “práxis” (BOTTOMORE, 1988, p. 292).

A maioria dos autores contemporâneos relacionados aos estudos do lazer reconhece seu duplo aspecto educativo, o que não ocorre com os estudiosos da educação. Para isso, os primeiros baseiam-se em duas constatações: a primeira é que o lazer é um veículo privilegiado de educação, e a segunda, que para a vivência de atividades de lazer é necessário aprendizado, estímulo e iniciação aos conteúdos culturais que possibilitem a superação da etapa conformista, mais simples, para etapas críticas e criativas, mais elaboradas e complexas. Assim se estabelece o seu duplo aspecto educativo: o lazer como veículo da educação – a educação pelo lazer e o lazer como objeto da educação – a educação para o lazer.

Embora o reconhecimento desse duplo aspecto educativo seja quase unânime na área do lazer, variam os enfoques dados à relação lazer/educação.

Alguns autores¹³ ligados ao estudo do lazer, muitas vezes recusam ou até mesmo negam o valor da escola no processo educativo, já que destacam as possibilidades do lazer como veículo de educação.

Por sua vez, os teóricos da educação “[...] não se ocupam do lazer de forma sistemática, muitas vezes emitindo juízos negativos, sem se preocupar em precisá-lo como objeto de análise”. Talvez a ênfase no papel da escola, embora o processo educativo mais amplo seja reconhecido, seja a grande responsável “[...] pela

13 Marcellino (2003a) cita, entre outros, os seguintes autores que pensam dessa maneira: Vazquez (2000), Requixa (1990), Medeiros (1970), Rolim (2000).

falta de sistematização sobre as características do lazer, observada entre os autores da área da Educação” (MARCELLINO, 2003a, p.54).

Lembramos que qualquer consideração do potencial educativo do lazer embasada em valores “funcionalistas”, como abordamos no primeiro capítulo, caracteriza-se como uma visão utilitarista desse campo de atuação. Assim,

[...] só tem sentido se falar em aspectos educativos do lazer, se esse for considerado como um dos possíveis canais de atuação no plano cultural, tendo em vista contribuir para uma nova ordem moral e intelectual, favorecedora de mudanças no plano social. Em outras palavras: só tem sentido falar em aspectos educativos do lazer, ao considerá-lo como um dos campos possíveis de contra-hegemonia. A instrumentalização, mesmo educacional, do tempo disponível das pessoas, onde se busca, ou se deveria buscar, fundamentalmente o prazer, só tem sentido na medida em que possa contribuir para que essas pessoas tenham mais prazer de viver, sejam menos pressionadas por uma estrutura socioeconômica sufocante, em que uma minoria tem excesso de recursos, de espaço e de tempo, pela exploração da grande maioria, cujo tempo, quando não é desocupado, pela incapacidade do modelo econômico imposto gerar trabalho, é livre – entre aspas. Só tem sentido, na medida que contribuir para eliminar essas aspas (MARCELLINO, 2003a, pp. 63-64).

Considerando o aspecto educativo do lazer, sua vivência e experiência com qualidade poderão contribuir para a compreensão do novo mundo social e a intervenção nele. Na relação entre educação e lazer, a produção de conhecimentos deve permitir ao ser humano novos horizontes, possibilitando a melhoria na qualidade de vida, com condições objetivas e progressistas, à medida que se propõe forjar cidadãos prático-reflexivos (FRANÇA, 1999).

A educação pelo lazer é de extrema importância se buscamos o enriquecimento pessoal e social do indivíduo que proporcione um maior e melhor desenvolvimento humano.

Assim, segundo Marcellino (2003a),

Tratando-se do lazer como *veículo de educação*, é necessário considerar suas potencialidades para o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos. Tanto cumprindo objetivos consumatórios, como o relaxamento e o prazer propiciados pela prática ou pela contemplação, quanto objetivos instrumentais, no sentido de contribuir para a compreensão da realidade, as atividades de lazer favorecem, a par do desenvolvimento pessoal, também o desenvolvimento social, pelo reconhecimento das responsabilidades sociais, a partir do aguçamento da sensibilidade ao nível pessoal, pelo incentivo ao auto-aperfeiçoamento, pelas oportunidades de contatos primários e de desenvolvimento de sentimentos de solidariedade (Idem, p. 60).

Já Requixa (1980, p. 27) aborda o alto potencial educativo que as atividades de lazer podem portar “[...] começa a ampliar-se o dimensionamento do lazer, no momento em que vislumbramos suas possibilidades na área da educação (...) pode ser aceito como essencial e o mais provocante pela riqueza de possibilidades que oferece”. A partir do momento que entendemos suas possibilidades na área da educação, ampliamos seu dimensionamento.

Também deve-se privilegiar a criação cultural “[...] como uma forma de resistência, uma espécie de formação de arcabouço que permita atitudes críticas, criativas, não só na prática como no consumo – na vivência do lazer” (MARCELLINO, 2003a, p. 77).

Ao considerarmos as possibilidades da educação pelo lazer, não podemos descartar e até mesmo contestar as atitudes preconceituosas que esse campo de atuação apresenta, como comportamentos “missionários” e “exclusivistas” que colocam para o profissional do lazer apenas “nobres tarefas educacionais”, correspondendo às expectativas do poder dominante e mantendo a ordem social estabelecida.

Acreditamos que as possibilidades que o lazer oferece para o desenvolvimento pessoal e social estão nas oportunidades do contato face a face, no estímulo da sensibilidade e nas variadas opções de informações que a sua vivência

proporciona. E tudo com prazer e satisfação, de modo alegre, descompromissado e de livre adesão.

Já a educação para o lazer é necessária, pois o ser humano é altamente valorizado em termos da sua produtividade. Há, ainda carência quanto à iniciação nos diversos conteúdos culturais, que inibem o exercício da escolha e adesão às atividades, uma das características fundamentais e definidoras do lazer. O processo de educação para o lazer tem como objetivos

[...] contribuir para o aprendizado, o estímulo, a iniciação, que possibilitem a passagem de níveis menos elaborados, simples, para níveis mais elaborados, complexos, com o enriquecimento do espírito crítico, na prática ou na observação (MARCELLINO, 2003a, p. 59).

Segundo Requixa (1980), a educação para o lazer é um importante instrumento para preparar o ser humano para uma vida em que haja um equilíbrio entre o trabalho e o lazer e, se possível, antecipar o lazer. Esse tipo de prática educativa, além de favorecer o aprendizado para o uso do “tempo livre”, também estimula a diversificação das atividades.

Por outro lado, Marcellino (2000a, pp. 50-51), ao abordar os componentes necessários para o processo de educação para o lazer, relaciona como necessário “[...] difundir seu significado, esclarecer a importância, incentivar a participação e transmitir informações que tornem possível seu desenvolvimento ou contribuam para aperfeiçoá-lo”, ou seja, é fazer com que a pessoa conheça as atividades de lazer que melhor satisfaçam seus interesses, estimulando e orientando uma melhor participação a partir do entendimento da importância e do direito de sua vivência.

Para a vivência de um lazer de qualidade, o indivíduo deve conhecer todos os conteúdos que as atividades podem ensejar e ter a oportunidade de fazer a

opção por aquelas que melhor atendam seus interesses. Vale enfatizarmos que a educação para e pelo lazer ganha em potencial pedagógico, se considerarmos que o lazer não é somente descanso e divertimento, mas também desenvolvimento pessoal e social, e que, portanto, auxilia o indivíduo a pensar e entender a sua própria realidade e a que o cerca.

Para Marcellino (2003a),

É importante que as atividades de lazer procurem atender as pessoas no seu todo. Mas, para tanto, é necessário atividades que satisfaçam os vários interesses, sejam estimuladas a participar e recebam um mínimo de orientação que lhes permita a opção. Em outras palavras, a escolha, a opção, em termos de conteúdo, está diretamente ligada ao conhecimento das alternativas que o lazer oferece (Idem, p. 122).

Para uma participação mais efetiva nos planos cultural e social e para o exercício crítico e criativo do lazer, é necessário, mas não suficiente, que se estimule a valorização do lazer como esfera da vida humana e a iniciação aos diversos conteúdos culturais. A educação para e pelo lazer deve ser um processo contínuo de aprendizado, desenvolvido ao longo da vida das pessoas, num processo de “educação permanente”.

De acordo com Saviani (2002a), o homem deve ser considerado um ser inacabado. Considerado como tal, o ser humano é um ser sempre educável, portanto a educação não acaba com a idade adulta, como acredita a concepção tradicional da educação. Por esse motivo, o autor acredita na chamada *educação permanente*, embora não se encontram em sua obra inferências de possibilidades de educação no lazer. Nessa pesquisa, considero esse tipo de educação um processo contínuo na vida dos indivíduos, que engloba uma série de alternativas, como o lazer, nosso objeto de estudo; os meios de comunicação de massa e a própria escola.

Uma outra alternativa que, num certo sentido, abarca todas as outras, é a da chamada Educação Permanente, a qual sugere que o homem,

sendo um ser inacabado, é sempre objeto da educação. A educação não acaba com a idade adulta, como acredita a concepção tradicional de educação. O homem é sempre educável e essa educabilidade inacabada do homem se cumpre das mais diferentes formas. E é nesse sentido que eu afirmei que a Educação Permanente abarca todas aquelas outras alternativas. Os meios de comunicação de massa estariam educando ininterruptamente e pela vida afora. A própria escola não seria mais uma instituição destinada apenas à infância e à adolescência. A ação da escola também se estenderia aos adultos e aí vem, então, a sociabilização permanente. A idéia de educação de adultos, no entanto, aqui assume uma conotação diferente da noção de educação de adultos tal como parece na história da educação brasileira (Idem, p. 178).

Até bem pouco tempo atrás, a educação permanente estava associada à alfabetização de adultos. Mas hoje ela não possui mais essa característica. Falar em educação permanente significa pensar que o ser humano adulto, independente do seu nível cultural, deve continuar sendo prioridade da educação.

Segundo Requixa (1980), a educação permanente deve proporcionar o desenvolvimento cultural dos indivíduos no seu tempo livre. Uma de suas funções seria levar as pessoas à adaptação e à integração social, que foram rompidas pelas transformações sociais, culturais e tecnológicas geradas pelo modo de produção capitalista. Além da citada anteriormente, outras funções da educação permanente seriam a democratização da cultura e uma melhoria na qualidade de vida para todos os indivíduos.

Entretanto, ao se considerar apenas o lazer, deixando de lado a escola e os meios de comunicação como campo privilegiado para a educação permanente, fica caracterizada a visão funcionalista dessa abordagem.

Acreditamos que ambos os tipos de educação – para e pelo lazer – devem ser encarados como permanentes, considerando serem troca e aprendizado de novos valores, espaço para reivindicações, espaço para contestar a realidade e transformá-la.

Para tal, devemos sempre levar em consideração os contextos sociais, políticos, culturais e econômicos do grupo que se deseja trabalhar em ambos os casos, tanto na educação para o lazer quanto na educação pelo lazer.

É necessário observarmos, que ainda não é possível separar a educação para o lazer da educação em geral.

2.3 Escola, educação e lazer

Quando o assunto é educação, não podemos deixar de falar da escola, pois entendemos que a educação se dá em dois âmbitos: na escola e fora dela. A educação efetuada pela escola, é também chamada de educação sistemática; a que ocorre fora dela e que compreende vários outros processos de transmissão cultural é a educação assistemática, que engloba toda relação pedagógica (MARCELLINO, 2003c).

Marcellino (2003a), que utiliza a definição de Gramsci, entende por relação pedagógica não apenas as relações especificamente escolásticas, mas aquelas que ocorrem

[...] em toda a sociedade no seu conjunto e em todo o indivíduo com relação aos outros indivíduos, bem como entre camadas intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguardas e corpos do exército. Toda relação de 'hegemonia' é necessariamente uma relação pedagógica (Antonio Gramsci **apud** MARCELLINO, 2003, p. 43).

Segundo Marcellino (2003a), há espaço para o lazer na escola, que não seja o dos "dias de lazer" e o das festas, nem o coberto pela área de Orientação Educacional. O lazer na escola pode ser considerado como uma das possibilidades de

aproveitamento como prática educativa. Entretanto, o lazer desenvolvido na escola não seria um componente de obrigação escolar, mas estaria inserido em todas as disciplinas: Matemática, Português, Geografia, História, Biologia, Educação Física, entre outras, de modo a facilitar o aprendizado por parte dos alunos, uma vez que esses aprenderiam brincando.

Mas o que se verifica no âmbito escolar e principalmente nas disciplinas ligadas aos conteúdos culturais do lazer

[...] são atividades meramente consumatórias, sem qualquer vinculação com o processo educativo global e desvinculadas entre si. A forma como essa “transmissão de conhecimentos se processa” dá-se através de métodos mais dirigidos para o produto, para a perfeição do produto acabado e não para o processo de produção, de criação – refletindo e alimentando a ideologia dominante (MARCELLINO, 2003a, p.129).

As relações entre escola, lazer e processo educativo devem ser consideradas como um caminho em busca de um futuro diferente, uma alternativa para a denúncia da realidade estabelecida. Dessa forma, a escola pode ser vista como um espaço de resistência e não de alienação (MARCELLINO, 2003b).

Para Marcellino (2003b), a relação de interdependência entre o lazer, a escola e o processo educativo exige uma nova pedagogia,

[...] embasadora de uma nova prática educativa e realimentada através dessa própria prática, considerando as possibilidades de lazer como canal viável de atuação no plano cultural, de modo integrado com a escola. Dessa forma, o lazer poderia contribuir para a elevação do senso comum, numa perspectiva de transformação da realidade social, sempre em conexão com outras esferas de atuação política. A esta alternativa dei o nome de “pedagogia da animação” (idem, p. 18).

Na proposta dessa pedagogia, a escola – enquanto equipamento e com a organização de educadores – funcionaria como um “centro de cultura popular”. Assim, sua tarefa educativa seria efetuada em termos de conteúdo, de forma, de abrangência,

de espaço, de elementos humanos e de recursos materiais, atuando nos planos cultural e social.

Assim, a proposta da “pedagogia da animação” não tem “um modelo de homem para o qual se educa, nem uma sociedade fruto de exercícios de futurologia”.

Cabe a essa proposta de educação

[...] contribuir para a construção de um novo futuro, mas não a busca de um futuro ideal, decorrência e continuidade da situação presente, seguindo a lógica dominante, como guia para a tarefa educacional, mas o próprio questionamento: Que futuro é esse? Quem o determina? Como é determinado? (MARCELLINO, 2003b, p. 129).

E é assim que apostamos no lazer como prática educativa, acreditando nas possibilidades de desenvolvimento humano – pessoal e social que a sua vivência pode proporcionar.

Neste capítulo apresentamos diversas concepções e entendimentos da educação. Muitos autores se preocuparam com o sentido da palavra educação, procurando explicitá-la de acordo com seus pontos de vista. Buscamos aqui apresentar aqueles cujas concepções foram ao encontro da proposta desta pesquisa.

Trabalhamos com a relação entre educação e lazer, estabelecida no duplo aspecto educativo do lazer – o lazer como veículo e como objeto da educação, enfatizando a possibilidade de desenvolvimento pessoal e social. E nessa relação entre educação e lazer, abordamos a interdependência entre escola, lazer e processo educativo, na proposta da “pedagogia da animação”.

No próximo capítulo analisaremos a animação sociocultural e o papel do profissional de lazer, denominado animador sociocultural, enfatizando a necessidade de um trabalho que propicie divertimento, descanso e principalmente desenvolvimento do

ser humano, tanto pessoal quanto social. Assim, fica estabelecida a ligação entre lazer, educação e animação sociocultural.

Capítulo III

O ANIMADOR SOCIOCULTURAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO

De um modo geral, a animação busca provocar alterações na vida dos indivíduos e, conseqüentemente, na sociedade em que estão inseridos. E é no lazer, por meio da animação, que as pessoas podem encontrar a possibilidade de se afirmar pessoal e socialmente. Entretanto, é necessário que as características do lazer sejam respeitadas.

Assim, a animação cultural pode possibilitar que a vivência de atividades de lazer se transforme em participação efetiva, contribuindo para que os níveis conformistas sejam superados.

E essa participação não pode ficar apenas na dependência das atividades de lazer. Ela deve estar inserida em um processo educativo mais amplo, que não privilegie apenas o lazer, mas também as outras esferas da atividade humana.

A ação da animação é proporcionada pela atuação de um profissional do lazer, denominado animador sociocultural. É pela atuação desse profissional que o lazer pode ser considerado como espaço privilegiado para a vivência de novos valores, questionadores e transformadores da ordem social estabelecida. O papel do animador sociocultural também está relacionado com a minimização das barreiras socioculturais que restringem e até mesmo impedem a prática do lazer.

Assim, acreditamos na interdependência entre o lazer, a educação e a animação sociocultural, entendendo-os como possibilidades para o desenvolvimento dos indivíduos uma vez que seus objetivos, propostos nesta pesquisa, visam à emancipação do ser humano.

3.1 A ação denominada de animação

Acreditamos que a animação¹⁴ não é um processo distinto da educação.

Para Carvalho (s.d.), a animação tem como objetivo mobilizar as consciências, dando sentido e justificação para a existência das pessoas, sendo um processo, como a educação também o é, que visa principalmente à mudança de

14 A ação da animação sociocultural pode se desenvolver em qualquer âmbito da cultura, mas, nessa pesquisa, será considerada no campo específico das atividades de lazer.

comportamento. A diferença entre eles é que a educação – entendida como um processo de formação a longo prazo – não visa a objetivos tão imediatos como a animação, que busca provocar alterações na vida dos indivíduos e na sociedade. É no lazer, por meio da animação, que as pessoas encontram a possibilidade de se afirmar, tanto pessoal quanto coletivamente perante a sociedade na qual estão inseridos. Mas para que isso ocorra, é fundamental que sejam respeitadas as características do lazer de livre e espontânea adesão, de liberdade de escolha e aceitar o ponto de vista dos envolvidos. A animação é:

[...] a ação, espontânea e/ou provocada que permitirá ao indivíduo assumir o seu próprio desenvolvimento, o que pressupõe uma profunda tomada de consciência, por parte do animador, do significado da cultura e das necessidades do cidadão e do grupo em que atua (Carvalho, s.d., p. 149).

De acordo com essa concepção, a animação sociocultural deve visar a uma maior compreensão das pessoas em relação a si mesmas e ao mundo que as rodeia, de modo a poderem entender com mais clareza e profundidade, os problemas pessoais, sociais, culturais, econômicos e políticos; além de uma maior compreensão da sociedade em que o indivíduo está inserido e uma forma de participar e atuar mais intensamente nas soluções dos problemas existentes; e também uma preparação para ser capaz de enfrentar e suportar as alterações provocadas pelo progresso científico e técnico.

Segundo Carvalho (s.d.), a animação deve estar embasada na técnica, na atitude e no “espírito” (entendido como respeito, humildade e autoridade). Estes três elementos dependem da situação em que se encontra o animador (Carvalho, s.d., utiliza o termo educador) e da relação/integração entre os seguintes fatores: o grupo a ser animado, o animador, a personalidade de cada indivíduo envolvido na ação, a

técnica que o animador empregará, a posição do grupo perante a técnica, o ambiente sociocultural, o equipamento utilizado e o clima em que a ação se desenrola.

Outros autores de relevada importância na área do lazer, também trabalham com a questão da animação sociocultural.

Um deles é Marcellino (1986), que tem em comum com a visão de Carvalho (s.d.) o caráter pedagógico educativo da animação, entendendo-a como:

[...] a atividade desenvolvida por profissionais ou amadores que dominem pelo menos um setor cultural e que tenham como característica adicional uma consciência social que os impele a querer difundir esse seu bem cultural (Idem, p. 61).

Dessa forma, a animação cultural deve possibilitar que a prática de atividades de lazer se transforme em participação efetiva, contribuindo para que os índices conformistas sejam superados. Nesse sentido, sua tarefa é aumentar o grau de informação dos indivíduos, visando a uma participação mais ampla.

Essa participação contemplada pela animação não pode ficar apenas na dependência das atividades de lazer. Deve estar inserida em um processo educativo mais amplo, que não considere o lazer de forma isolada, mas também em outras esferas da atividade humana. Da mesma forma, qualquer processo educativo que privilegie uma participação cultural real não pode deixar de considerar o campo da animação nas atividades de lazer como um canal de informação.

Acreditamos que também a animação cultural contribui para o desenvolvimento do ser humano de forma integral, pois possibilita que, por sua participação, as pessoas adquiram consciência da sua realidade e busquem transformá-la. Essa ação deve proporcionar aos indivíduos o exercício crítico e criativo

do lazer, isto é, estimular a valorização dessa esfera de atuação humana e a iniciação aos vários conteúdos culturais do lazer.

Esses objetivos da animação sociocultural vão ao encontro dos objetivos da educação (propostos no capítulo anterior) que permitem a emancipação, a libertação e a transformação tanto das pessoas quanto da sociedade na qual estão inseridas. É justamente nesse contexto que o lazer como prática educativa se faz importante.

3.2 O animador sociocultural

O profissional do lazer recebeu e continua recebendo as mais variadas denominações e funções.

Gaelzer (1979) denomina esse profissional de “líder recreacional”, cuja área de atuação seriam as grandes cidades, onde as oportunidades para a vivência do lazer são mais restritas. Dessa forma, o líder recreacional seria responsável por administrar equipamentos e favorecer a prática de atividades em programas previamente planejados para e com o público de crianças, jovens e adultos.

Já Medeiros (1980) utiliza a denominação “aconselhador em lazer”. Esse profissional seria próprio da sociedade “pós-industrial”. Muito semelhante a essa denominação e a esse conceito de profissional é a denominação utilizada por Riesman (1971): “consultor de lazer”, cuja finalidade seria estimular a pessoa da sociedade “moderna” para um entretenimento e para uma diversão mais imaginativos e mais significativos do ponto de vista do desenvolvimento para a autonomia.

Garcia (1995) denomina esse profissional de “militante cultural”, por ser uma designação mais abrangente, que inclui todos os profissionais do “tempo livre”, bem como aqueles que se dedicam à ação cultural voluntariamente. Para o autor, o militante é o monitor, o instrutor, o animador, o agente, o *promoter* ou o agitador cultural. Militante cultural seria, então:

[...] todo aquele que realiza ações no plano da cultura, no tempo livre dos indivíduos, seja para estimulá-los à produção de bens culturais, seja para ampliar a sua participação na apropriação desses bens, tendo como motivação básica tanto o prazer e dedicar-se a algo com que se identifica fortemente, quanto valores pessoais que conferem à cultura papel importante para o desenvolvimento das pessoas, dos grupos, das comunidades e da sociedade em geral (Idem).

Não concordamos com essa denominação devido à forte ligação do termo militante com a política, e assim evitamos uma série de equívocos que possam surgir.

Outras denominações também são utilizadas para nomear o especialista em lazer: monitor, recreacionista, agente cultural e animador cultural. No entanto, optamos pela utilização do termo “*animador sociocultural*”. Acreditamos ser essa a terminologia mais adequada, visto que a atuação desse profissional deve buscar a transformação da sociedade, possibilitada pela participação cultural crítica e criativa.

Os animadores devem ter como característica básica uma dupla qualificação: a competência pelo menos num setor cultural e a consciência social que os impele a querer difundir esse seu bem cultural.

Atuando assim como mediadores entre o patrimônio cultural das artes, da filosofia e das ciências, e a cultura vivida no cotidiano, os animadores assentam as bases e viabilizam o movimento de democratização cultural. É através da ação desses animadores que acreditamos nos valores da revolução cultural do lazer que o movimento passa a se concretizar, deixando o terreno das idéias. Tenta-se, assim, introduzir os estímulos necessários à deflagração do processo de mudança, orientado para eliminar ou minimizar os dados de situação, verificados nos planos cultural e social, incompatíveis com os valores do movimento (MARCELLINO, 2000b, pp.73-74).

A atuação desse profissional é um canal possível de utilização do lazer como espaço privilegiado para a vivência de novos valores, questionadores e transformadores da ordem social estabelecida. Para isso, uma animação cultural eficiente garante que não apenas as “funções” de descanso e divertimento sejam contempladas, mas também e principalmente a de desenvolvimento pessoal e social de todos os indivíduos envolvidos.

Para Isayama e Stoppa (1997), o profissional de lazer pode efetuar as mais diversas funções, como: planejamento, organização, administração, animação e avaliação de atividades, atuando em várias instituições públicas, como prefeituras, universidades, secretarias e em instituições privadas, como hotéis, clubes, acampamentos, academias de ginástica e empresas de viagens.

De acordo com Pina (1995), o animador sociocultural pode exercer as mais variadas funções,

[...] organizando atividades para as pessoas, quando estas, por falta de experiência, de informação, de recursos ou simplesmente de tempo, não podem processar as diferentes etapas necessárias para concluir essa organização. (...) Liderando grupos e comunidades; iniciando as pessoas em diferentes modalidades artísticas e esportivas, passando-lhes algumas técnicas básicas; procurando viabilizar e administrando recursos para que grupos ou coletividades possam usufruir de atividades de lazer (Idem, p. 123).

Esse profissional, independentemente da função que exerça, deve combinar algumas características: formação, informação, comportamento e atitude, atualização, imaginação e intuição, criatividade, cooperativismo, dedicação, comunicação e autoformação permanente (Pina, 1995). A essas características, Delgado (2003, pp. 33-34) acrescentou: “respeito, humildade, saber ouvir, bom senso, ponderação, profissionalismo com horário e atividade, ética e amor pelo que se faz”.

Para Carvalho (s.d.), a ação do animador deve desenvolver-se baseada nas noções de:

- Facilitação: em que centrará a sua atenção especialmente sobre a rede de comunicações elaboradas pelo grupo, procurando “abrir” sempre novos e mais profundos “canais” de comunicação;
- Clarificação: procurando esclarecer o grupo e cada um dos seus elementos sobre o significado do comportamento individual e colectivo;
- Catalização: suscitando um movimento de constante procura do grupo no sentido de este poder elaborar, por si próprio, as formas concretas de ação para que está, no momento, motivado;
- Promoção: como resultado de toda a acção definida anteriormente, poder-se-á elaborar uma autêntica via participativa de todos os elementos do grupo, única forma, parece-nos de construir uma autêntica via emancipadora (Idem, pp. 155-156).

Acreditamos que a ação norteada por essas quatro características nos aponta uma preocupação com o ser humano que vivencia as atividades de lazer, buscando o alargamento de suas consciências e uma participação realmente efetiva.

Independente do lugar e da função em que o animador sociocultural esteja atuando, existe uma série de riscos que podem ocorrer na sua ação. Discutindo essa questão, Marcellino (1986) enumera alguns riscos que podem ocorrer na atuação do profissional do lazer. Um deles é a possibilidade de direcionamento das atividades, deixando de lado o papel pedagógico da animação e contribuindo, dessa maneira, para reforçar os valores da ideologia dominante, não dando oportunidade de opção para os participantes ou, então, encorajar práticas tradicionais, dificultando o aparecimento de novas alternativas. Outro deles é a realização de “pacotes” de lazer, elaborados por técnicos nos gabinetes, como mais um produto para simples consumo, embora os objetivos consumatórios sejam atendidos. Também a tendência ao isolamento do profissional, na sua área específica de atuação, restringindo-se a apenas um dos conteúdos culturais do lazer, sendo que o lazer não se restringe a apenas um conteúdo. Um outro risco é derivado da visão “moralista” do lazer, que transforma o animador num

sensor das manifestações culturais. Esses profissionais tendem à valorização das suas preferências, em relação ao conteúdo e ao gênero das atividades, esquecendo-se de levar em conta a preferência do grupo envolvido e, ainda, riscos de uma atuação institucionalizada, na qual a ação está centrada na instituição orientadora da ação.

Acreditamos que esses riscos podem ser minimizados se os animadores levarem em consideração o contexto sociocultural e econômico no qual os indivíduos estão inseridos, além de desenvolverem sua atuação baseados nas aspirações e necessidades dos grupos envolvidos, sempre procurando relacionar os diversos conteúdos culturais – manuais, intelectuais, sociais, físico-esportivos, artísticos e turísticos – e não trabalhar apenas um deles com as outras esferas da atividade humana.

Para Marcellino (2003a), os riscos que podem ocorrer na ação de especialistas em lazer são os mesmos que podem ocorrer em outras áreas ou campos de atuação, com agravantes que podem surgir da própria natureza das atividades de lazer:

[...] esses riscos são procedentes e derivam da forma como se processa a educação para o lazer. Orientada por valores conservadores, “compensatórios”, “moralistas”, ou “utilitaristas”, centra-se em conteúdos, não levando em conta a idéia do processo de fruição, mas privilegiando o “produto”. Dessa forma, reflete e reforça a ideologia dominante (Idem, pp. 92-93).

Além dos riscos acima citados, segundo Ayoub (1993), a imposição de idéias e atividades para o grupo envolvido pode resultar em dominação, e conseqüentemente, em não participação efetiva, sendo que,

[...] somente o compartilhar, o diálogo pode gerar uma relação de crescimento que se distancie cada vez mais dos riscos da dominação e alienação. O que deve ser buscado é um equilíbrio na tomada de decisões que considerem simultaneamente aquilo que a população

deseja e que o especialista pretende na sua ação, tomando o cuidado para não incorrerem no risco oposto do “populismo pedagógico” onde o profissional restringe a sua ação aos anseios da clientela (Idem, p. 45).

De acordo com Ayoub (1993), os animadores socioculturais enfrentam o desafio de trabalhar uma educação para e pelo lazer, que possibilite a vivência dos diferentes conteúdos culturais do lazer, nos vários gêneros, objetivando a superação dos níveis conformistas a críticos e criativos, contribuindo, dessa maneira, para gerar atitudes críticas e criativas que podem influenciar outros campos da ação humana.

Para Carvalho (s.d., p. 153), o animador deve ter a competência para orientar atividades que proporcionem aos indivíduos o pleno desenvolvimento da sua autonomia, “única via de acesso a uma liberdade plenamente vivida”.

Acreditamos que o animador sociocultural deve ter a consciência dos anseios e das necessidades das pessoas envolvidas, tendo como base a cultura vivenciada, a sua competência técnica e o seu compromisso político, buscando oferecer a maior quantidade de informações possível, para que todos os indivíduos envolvidos na ação possam fazer uma opção consciente e que busquem, com suas participações, o desenvolvimento pessoal e social, capaz de transformar a sociedade e a realidade na qual estão inseridos.

Dessa forma, a atuação do profissional que utiliza o lazer como espaço privilegiado para a vivência de novos valores, questionadores e transformadores da ordem social estabelecida, possibilitada pela participação cultural crítica e criativa, de acordo com os objetivos da animação que propomos, é dificultada e as soluções não se apresentam de forma consensual. Entretanto, os riscos que estão presentes na sua

atuação precisam ser considerados para que possam ser atenuados e, se possível, evitados.

Essas observações não significam um desestímulo à formação e à especialização dos animadores socioculturais. Pelo contrário, representam a necessidade de um repensar constante em sua atuação e também a necessidade do engajamento em grupos, buscando o intercâmbio de experiência, e em movimentos mais amplos, cujo objetivo é a efetiva participação cultural enriquecedora do verdadeiro exercício da cidadania.

3.3 A estrutura da animação

O papel do animador sociocultural também está relacionado à minimização das barreiras socioculturais que restringem e até mesmo impedem a prática do lazer.

As barreiras socioculturais, que se manifestam de diversas formas, restringem o acesso ao lazer para determinados grupos, enquanto outros são privilegiados. A principal delas, mas não a única nem a mais importante, é a econômica. Outras questões, como a violência, o preconceito contra a mulher, contra a criança, contra o idoso e contra os portadores de necessidades especiais, o padrão estético corporal e a necessidade de performance, também devem ser pensados e entendidos como barreiras para a vivência do lazer. Todas as barreiras citadas compõem o que Marcellino (2000b, p. 49) chama de “todo inibidor”, que dificulta o acesso ao lazer, não

só quantitativa, mas qualitativamente. Um dos meios utilizados para se minimizar tais barreiras é a educação para o lazer, que pode possibilitar a vivência crítica e criativa do tempo disponível, superando a postura conformista em que se encontra a maioria dos indivíduos.

Para que a atuação desse profissional seja efetiva, é necessário que sua formação seja “[...] calcada na competência técnica, na vontade social e no compromisso político com a mudança da situação nos planos cultural e social” e sua ação deve servir “[...] como mediadora entre o patrimônio cultural e a cultura vivenciada no cotidiano, num trabalho de democratização cultural” (MARCELLINO, 1986, pp. 61-62).

Ayoub (1993) acredita que devido à abrangência da área do lazer, sua amplitude e complexidade, não se pode conceber a atuação do profissional de educação física no lazer, ou de qualquer outro profissional, de forma isolada e independente.

Para isso,

É necessário, tendo em vista o atual estágio dos especialistas e a urgência do encaminhamento de propostas de ação, o desenvolvimento e a sistematização de experiências interdisciplinares no campo do lazer. O que temos hoje são iniciativas pluri e multidisciplinares, numa tentativa de busca do interdisciplinar. Estamos no início de um longo caminho a ser percorrido e que abre perspectivas, não só para o entendimento do lazer, mas também para um melhor embasamento da ação cultural nessa área específica (MARCELLINO, 1992, p. 316).

De acordo com Isayama e Stoppa (1997), o lazer deve ser caracterizado como um campo de atuação interdisciplinar, que possibilita a participação de profissionais de diversas áreas, como: educação física, educação, turismo, arte-educação, psicólogos, arquitetos, pedagogos, entre outros.

Segundo Delgado (2003, p. 32), uma equipe pluri e multidisciplinar¹⁵, que busque uma interdisciplinariedade é de extrema importância, pois cada profissional com suas diversas formações possui uma competência técnica específica, podendo proporcionar às pessoas uma maior variedade de conteúdos e uma vivência de atividades diversas dentro de cada um deles, estimulando e dando um mínimo de orientação para que elas se tornem autônomas, ou seja, as pessoas devem receber do animador “[...] toda informação necessária para que elas possam realizar a mesma atividade sozinhas, em outro local, ou que elas possuam subsídios para buscar informações sobre as mesmas”.

Sabendo que a base da ação do animador sociocultural é a democratização cultural, mediando o patrimônio cultural e a cultura que é produzida no cotidiano, acreditamos na importância que esse profissional tem de se estruturar com outros profissionais, de forma que o lazer contemple os mais diversos públicos e necessidades. Para isso, ele necessita estar engajado numa equipe multidisciplinar, que ofereça os mais distintos conteúdos do lazer, de forma organizada e qualificada.

Entretanto, para que a ação dos animadores tenha resultados sobre a situação, é necessário o engajamento não somente em idéias, mas em grupos organizados, reunindo os animadores de uma comunidade.

Baseado em Dumazedier, Marcellino (2001a, p. 12) propõe uma estrutura de animação em forma de pirâmide: no topo estariam os animadores de competência geral, que devem dominar a área e suas interfaces, encarregados de gerenciamento, coordenação de políticas e supervisão de planos e projetos; no meio da pirâmide,

15 Equipe multidisciplinar é uma equipe formada por profissionais de distintas áreas que atuam em busca

estariam os animadores de competência específica, que dominem pelo menos um dos seis conteúdos culturais do lazer, executores e avaliadores de ações; e, na base, estariam os animadores voluntários, que “preparados-capacitados” respeitem o conceito de lazer, e conjuguem difusão com participação cultural, além de participarem no planejamento, execução e avaliação dos programas e dos equipamentos de lazer da cidade, possibilitando o estabelecimento de ações a partir das necessidades e aspirações da comunidade. É importante lembrar que todos os animadores da pirâmide são importantes, um dependendo do outro e servindo de apoio.

Silvestre Neto (1980) acredita que, para garantir um equilíbrio entre os valores do lazer, seja necessário um sistema de animação cultural eficiente nos espaços e equipamentos de lazer.

Essa estrutura de animação pode ser utilizada em escolas, em centros comunitários, em hotéis, etc., para proporcionar aos indivíduos envolvidos, sejam eles os animadores ou a comunidade, um melhor aproveitamento das vivências e experiências do lazer, de modo a superar o índice conformista e atingindo os índices críticos e criativos, para realizar transformações em toda sociedade.

3.4 O profissional de Educação Física como animador sociocultural

Segundo Marcellino (1995), o animador, por desconhecer, geralmente, a teoria do lazer, acaba não estabelecendo uma práxis, e, sim, um “tarefismo”, ou seja, um trabalho embasado na repetição acrítica e conformista de jogos e brincadeiras

de um mesmo objetivo.

contidos nos manuais de atividades recreativas, deixando de lado a necessária contextualização, o planejamento coletivo, as metodologias diversificadas, a avaliação com o grupo envolvido, etc.

Entre os diversos profissionais que atuam na área do lazer como animadores socioculturais, destacamos os profissionais de Educação Física, visto que trabalham diretamente com um dos seus seis conteúdos culturais e os físico-esportivos, que também têm em seus currículos a disciplina de recreação.

De acordo com Paiva (2003, p. 34), o tratamento que as disciplinas relacionadas à área do lazer recebem das faculdades de Educação Física, onde é privilegiada quase que exclusivamente a vivência de atividades, pode ser explicado “[...] como sendo a reprodução de uma realidade encontrada em grande parte da própria Educação Física”, cujos conteúdos da maioria das disciplinas estão associados à prática de alguma modalidade de atividade corporal.

Para Souza (2003), as possibilidades de movimento que existem na área da Educação Física, se bem trabalhadas, são enormes e, assim, podem justificar sua importância não só no espaço escolar, mas na vida das pessoas, procurando proporcionar desenvolvimento, bem-estar e qualidade de vida aos indivíduos.

Entretanto, somente à medida que houver equilíbrio na atribuição das prioridades a serem trabalhadas pela Educação Física é que poderemos atingir os objetivos propostos nesta pesquisa: o desenvolvimento humano. Caso haja a integração entre Educação Física e educação, a possibilidade de se trabalhar com o desenvolvimento humano – pessoal e social – torna-se maior e mais completa, de forma que os indivíduos possam utilizar o corpo e o movimento desse corpo para

interagir com o mundo. Assim, todos têm a oportunidade de aproveitar melhor a comunidade em que vivem.

Para tal, acreditamos ser necessário um profissional capacitado que tenha sua ação norteada na especificidade concreta do lazer.

Além disso, o constante crescimento da área faz com que cada vez mais o profissional que atua em lazer seja procurado, abrindo diversas oportunidades de trabalho.

Delgado (2003, p. 28) aponta que esse profissional está se deparando com um problema difícil de ser solucionado: “[...] um aumento na exigência da qualidade de serviço prestado”. Assim, diante dessa exigência do mercado, “[...] esse profissional não possui muitos subsídios para se qualificar, pois existem poucos estudos (ou quase nenhum) e poucos profissionais capacitados para esse tipo de serviço, dificultando o trabalho em equipe”.

Acreditamos que o lazer pode ser um campo propício para a denúncia da realidade e para a realização de mudanças, de afirmação dos indivíduos, de tomada de consciência crítica perante a sociedade, tornando as pessoas autônomas, críticas e criativas. Caso contrário, o exercício do lazer apenas legitimará a situação estabelecida, a conformidade. Sua vivência também pode privilegiar o aumento do grau de informação a partir do seu duplo aspecto educativo – a educação para e pelo lazer – já que esses objetivos são comuns à animação cultural e à educação.

É exatamente nesse contexto, de tomada de consciência, de transformação da realidade, de formação de indivíduos críticos e criativos, que acreditamos na ação de um lazer como prática educativa.

Este terceiro capítulo discutiu a animação cultural e o papel do animador sociocultural, como facilitadores para o desenvolvimento dos indivíduos. Assim, lazer, educação e animação sociocultural estão em estreita relação, para atingir tal objetivo.

A ação do animador sociocultural é importante, sejam eles profissionais da educação física, do turismo e de outras áreas, porque acreditamos que sua atuação pode ser um canal possível de utilização do lazer como espaço para a emancipação dos seres humanos, propiciando sua participação cultural e, assim, a geração de novas normas e valores capazes de questionar a atual ordem estabelecida e, se possível, buscar a transformação de toda a sociedade, inclusive minimizando as barreiras socioculturais que restringem e até mesmo impedem a prática do lazer.

Para isso, uma animação cultural eficiente deve garantir que não apenas as “funções” de descanso e divertimento sejam contempladas, mas também e principalmente a de desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desses últimos três anos em que estive no mestrado, muitas questões teóricas foram sanadas, mas algumas ainda continuam necessitando de posteriores estudos, o que cremos ser inacabável, pois sempre que algumas perguntas são respondidas, surgem outras novas ou que ainda não haviam sido percebidas.

O intuito desta pesquisa foi o de amenizar algumas inquietações que foram surgindo no decorrer da formação acadêmica e da prática docente. O que nos ficou claro com a pesquisa foi que o entendimento da teoria do lazer é de extrema importância para quem deseja atuar nessa área.

Entendido a partir da sua situação histórica, considerado em estreita relação com outras esferas da atividade humana e englobando os seus conteúdos culturais, as atitudes que o envolvem, os gêneros e os níveis de participação, os valores que propicia e seu duplo aspecto educativo, ficam mais claras as possibilidades que o lazer como prática educativa proporciona para o desenvolvimento humano.

O lazer, defendido por nós como um direito social adquirido e assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil, considerado não em oposição, mas em estreita relação com as demais atividades humanas, como o trabalho, a religião, a escola, a cultura, as ações político-partidárias, os afazeres domésticos, é entendido como uma experiência vivenciada num “tempo disponível”, liberado de todas as obrigações, sendo uma opção individual, de caráter desinteressado, na qual se busca a satisfação e o prazer (MARCELLINO, 2003a).

As atividades de lazer, que podem ser vivenciadas nos seis conteúdos culturais (DUMAZEDIER, 1980a e CAMARGO, 1986), necessitam ser conhecidas profundamente, principalmente para quem as proporciona – os animadores socioculturais – de modo que o corpo e a mente, além das possibilidades de sensibilidade, de sociabilidade, de relacionamento, de imaginação e de raciocínio sejam trabalhados, e de maneira que não ocorra predominância de uma área de interesse sobre a outra e, sim, que todos os interesses sejam contemplados.

A vivência de um lazer de qualidade pode proporcionar a emancipação de um homem crítico e criativo, que tenha ultrapassado o nível de participação conformista, atingido os níveis críticos e criativos (Dumazedier, 1980b) e que pela participação cultural seja capaz de gerar e vivenciar normas e valores questionadores da atual ordem estabelecida.

A essa idéia de lazer, que tem como um de seus principais objetivos contribuir para uma nova ordem social, moral e intelectual, capaz de favorecer mudanças na sociedade, contrapõe-se a visão funcionalista do lazer, altamente conservadora, que busca a “paz social” e a manutenção da ordem e do “status quo”, que instrumentaliza o lazer como um recurso para o ajustamento das pessoas a uma sociedade harmoniosa, ou, então, que coloca o lazer como algo que ajuda a suportar a disciplina e as imposições sociais e a ocupar o tempo com atividades equilibradas e corretas; portanto, concreto instrumento de dominação.

Podemos dividir a abordagem funcionalista em quatro nuances: a *romântica*, a *moralista*, a *compensatória* e a *utilitarista*. Também dentro dessa perspectiva crítica ao funcionalismo, distinguimos ainda outras três abordagens: a *visão*

crítica fechada e cínica ou visão crítica míope, a visão ecológica ingênua e a visão crítica e criativa.

Já o desenvolvimento humano – pessoal e social, o descanso e o divertimento são considerados as principais funções do lazer.

Embora esta pesquisa privilegie o desenvolvimento humano, não pretendemos negar o descanso e o divertimento proporcionados pela experiência do lazer. Essas duas últimas funções estão presentes na maioria das atividades de lazer, pois são os principais objetivos das pessoas que as vivenciam, enquanto o desenvolvimento não é tão claro quer para quem vivencia o lazer, quer para quem propicia sua vivência – os animadores socioculturais. Assim, acreditamos que lazer não é apenas divertimento ou descanso. Nele podemos encontrar também uma grande possibilidade de desenvolvimento tanto dos aspectos biológicos e psicológicos das pessoas, bem como da relação do indivíduo com a sociedade.

E esse desenvolvimento humano pode ser considerado tanto um objetivo do lazer, quanto da educação e da animação sociocultural.

Na Educação Física, esse aspecto é entendido e trabalhado na maioria das vezes nas perspectivas de desenvolvimento físico, biológico ou psicológico. Mas a nossa proposta é trabalhar o desenvolvimento em sentido amplo, considerado a partir das perspectivas individuais e sociais e associado ao desenvolvimento da sociabilidade, da individualidade e da liberdade de expressão, ao exercício da cidadania e à capacidade dos indivíduos de contestar a realidade.

Acreditamos que a vivência do lazer pode proporcionar ao indivíduo desenvolver-se pessoal e socialmente, seja por meio do exercício do trabalho em grupo, seja pela tomada de consciência de suas responsabilidades, tanto para com o meio, tanto para com as pessoas.

Da mesma maneira, o lazer pode ser considerado também como um importante “canal de informação” que pode contribuir para o exercício da cidadania. É um tempo e um espaço nos quais os indivíduos podem praticar sua liberdade e sua individualidade. É onde e quando podem dialogar com o mundo, contestar a realidade e buscar transformá-la. É uma experiência na qual o indivíduo pode realizar-se, como ser humano e como cidadão. Pode ser um momento e um lugar no qual o ser humano se sente “livre”. É onde pode encontrar liberdade de expressão e relaxamento dos padrões e normas da ordem vigente. É quando existe a possibilidade de melhorar o corpo e o movimento, a mente e o raciocínio, aprimorar seu senso crítico, conhecer pessoas e lugares.

Assim, o lazer pode ser considerado um espaço para a participação cultural, em que as pessoas podem usufruir e criar cultura. E essa participação cultural permite a renovação democrática e humanista da cultura e da sociedade, possibilitando a criação e a instauração de uma nova ordem social e também de uma nova cultura, marcada pela necessária reforma moral e intelectual, que pode levar os indivíduos a se desenvolverem pessoal e socialmente. E é pelo desenvolvimento pessoal que o indivíduo se transforma em cidadão e é pelo desenvolvimento social que o indivíduo se torna pessoa.

E pela vivência de um lazer de qualidade, com todas as características expostas acima, que as pessoas acabam não percebendo seu próprio desenvolvimento – seja ele pessoal e/ou social, sendo um processo natural, pois se desenvolvem brincando, divertindo-se e, além de tudo, por prazer e com prazer.

Nesse sentido, a educação para o lazer e a educação pelo lazer podem ser importantes ferramentas que nos auxiliam no trabalho de estimular o desenvolvimento humano. Mas para que isso se torne possível, é necessário que se considere o lazer como um possível canal de atuação no plano cultural, de forma a contribuir para a instauração de uma nova ordem moral e intelectual e, conseqüentemente, social.

Por meio da educação para o lazer, ou seja, pelo aprendizado, pelo estímulo e pela iniciação aos conteúdos culturais do lazer, os indivíduos podem entender a importância do lazer na vida, inclusive como um direito historicamente adquirido. Isso possibilita uma melhoria na qualidade de vida de quem o vivencia, além de proporcionar às pessoas a superação do nível conformista para os níveis crítico e criativo.

E é na educação pelo lazer que encontramos um veículo privilegiado de educação, que pode proporcionar enriquecimento pessoal e social, já que qualquer atividade pode ser educativa, pois não depende do que se faz e, sim, de como se faz.

O lazer em seu duplo aspecto educativo, objeto e veículo da educação, ganha em potencial pedagógico se o considerarmos não somente como descanso e divertimento, mas também como desenvolvimento pessoal e social e que, portanto,

pode auxiliar o indivíduo a pensar e entender a sua própria realidade e na qual está inserido.

Assim, a educação para e pelo lazer deve ser ininterrupta, desenvolvida ao longo da vida, num processo de “educação permanente”, isto é, como troca e aprendizado de novos valores, como espaço para reivindicações e como espaço para contestar a realidade e transformá-la.

Entretanto, acreditamos não ser possível separar a educação para o lazer da educação em geral, pois na mesma medida que a educação é fundamental na vida das pessoas, o lazer também é.

Entendemos a educação (BRANDÃO, 1985) como um processo mais amplo, que cumpre o papel de transmissora e recriadora de cultura entre as pessoas, além de a considerarmos um dos meios mais eficientes para transformar indivíduos conformistas em críticos e criativos. Assim, ela pode ser capaz de inculcar valores questionadores da situação e preparar as pessoas para a realização de transformações em toda a sociedade, ou então, um recurso que auxilia os indivíduos a se adaptarem a este mundo que está em constante transformação. Nesse sentido, ela também pode estar associada ao desenvolvimento, seja ele social, socioeconômico, nacional, regional, de comunidades ou do próprio indivíduo.

Essa educação pensada como um instrumento para a realização de mudanças, uma ferramenta utilizada para se alcançar o desenvolvimento pleno dos indivíduos e até mesmo da sociedade, acabou sendo transformada pelo capitalismo, e hoje se tornou um meio contrário a tais mudanças, um instrumento de controle e dominação das pessoas e das classes sociais menos favorecidas.

Para podermos pensar na possibilidade de trabalhar o lazer e a educação como prática educativa libertadora e desalienadora, optamos por uma teoria de educação que rompa com as visões divulgadas na sociedade: a teoria marxista de educação, que tem como bases a educação intelectual, que corresponde a uma cultura geral; a educação corporal desenvolvida com ginástica e esporte; e a educação tecnológica, isto é, o aprendizado profissional polivalente, técnico e científico. Assim, essa teoria de educação que começou a surgir na década de 1840 visa assegurar o desenvolvimento de um homem integral, um ser completo, capaz de realizar-se em todas as esferas da vida social. Esse homem integral, não especializado, livre da exploração e da alienação, também é chamado de *omnilateral*, em oposição ao homem unilateral, fragmentado, especializado e alienado, gerado pelo atual modo de produção capitalista.

Preocupamo-nos, nesta pesquisa, em caracterizar a educação, o lazer e a animação sociocultural a partir da possibilidade que oferecem para a formação de um homem integral, crítico e criativo, capaz de participar culturalmente, vivenciando e gerando valores questionadores da ordem social vigente e que prepare mudanças na sociedade como um todo.

De acordo com essas concepções, a animação sociocultural (CARVALHO, s.d.) pode contribuir no sentido de proporcionar uma maior compreensão das pessoas em relação a si mesmas e ao mundo que as rodeia, de modo a poderem entender com mais clareza e profundidade os seus próprios problemas, além de uma maior compreensão da sociedade em que estão inseridas e uma forma de participar e atuar mais intensamente nas soluções dos problemas existentes.

Aos animadores cabe o desafio de trabalhar uma educação para e pelo lazer, que possibilite a vivência dos diferentes conteúdos culturais do lazer, nos vários gêneros, objetivando a superação dos níveis conformistas a críticos e criativos, contribuindo, dessa maneira, para uma participação efetiva, capaz de gerar atitudes críticas e criativas que podem influenciar outros campos da ação humana, além de minimizar as barreiras existentes para a prática do lazer.

Para que isso ocorra, é fundamental que esse profissional não reproduza de forma acrítica atividades recreativas, mas proporcione experiências utilizando os conteúdos culturais do lazer que permitam aos indivíduos desenvolver atitudes críticas e criativas, contribuindo, dessa maneira, para que o lazer realmente seja considerado uma prática de satisfação e prazer individual, na mesma medida em que esclareça que o lazer vai além do mero recreio. Ele é também um dos meios de viver em sociedade.

Assim, acreditamos que na experiência de um lazer de qualidade, seja na *prática* ou *vivência*, na *assistência* ou *fruição* e no *conhecimento*, auxiliado pela educação para e pelo lazer, em que são trabalhados os seis conteúdos culturais do lazer de forma integrada, proporcionado pela animação sociocultural, seja possível o desenvolvimento de um homem integral, *omnilateral*, crítico e criativo, capaz de participar culturalmente, vivenciando e gerando valores questionadores da ordem social vigente e suas imposições, que preparem mudanças na sociedade como um todo.

Longe de esgotarmos o assunto, esperamos que este trabalho tenha, de alguma forma, contribuído para a compreensão de um lazer que, como prática educativa, possa possibilitar o desenvolvimento humano e a conseqüente emancipação do homem na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. 2^a. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

ANDERY, M. A. et al. *Para compreender a ciência*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: Educ, 1988.

ARANHA, L. *Educação e trabalho no contexto da terceira revolução industrial*. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 1999.

ARANHA, M. L. A. *Filosofia da educação*. São Paulo: Moderna, 1989.

ARANHA, M. L. e MARTINS, M. H. *Filosofando: introdução à filosofia*. 2^a. ed. rev. atual. São Paulo: Moderna, 1993.

AYOUB, E. *Interesses físicos no lazer, como área de intervenção do profissional*. Campinas, Unicamp, FEF (Dissertação de Mestrado), 1993.

BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora Ltda, 1988.

BRAMANTE, A. C. Lazer: concepções e significados. In: *Licere*, Belo Horizonte: CELAR/UFMG, v.1, n.1, pp. 09-17, set. 1998.

BRASIL – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 05/08/2004, em <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>

BRANDÃO, C. R. *O que é educação?* 15^a. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

CAMARGO, L. O. *O que é lazer?* São Paulo: Brasiliense, 1986.

CAMARGO, L. *Educação para o lazer*. São Paulo: Moderna, 1998.

CARVALHO, A. M. *Cultura física e desenvolvimento*. Lisboa: Compendium, s.d.

CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ed. Ática, 1997.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 2^a ed. São Paulo: Cortez, 1995.

DELGADO, M. *Conteúdos culturais do lazer: presença e aplicabilidade na hotelaria*. Campinas, Unicamp, FEF (Dissertação de Mestrado), 2003.

DUMAZEDIER, J. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

DUMAZEDIER, J. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DUMAZEDIER, J. *Valores e conteúdos culturais do lazer*. São Paulo: SESC, 1980a.

DUMAZEDIER, J. *Planejamento do lazer no Brasil: a teoria sociológica da decisão*. São Paulo: SESC, 1980b.

FRANÇA, T. L. Educação para e pelo lazer. In: MARCELLINO, N. C. (org.). *Lúdico, educação e educação física*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1999.

FALEIROS, M. I. *Repensando o lazer*. São Paulo: Perspectivas 3, 1980, item 10.

GADOTTI, M. *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório*. 7^a ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1990.

GAELZER, L. *Lazer: benção ou maldição?* Porto Alegre, Sulina/URGS, 1979.

GAELZER, L. *Ensaio à liberdade: uma introdução ao estudo da educação para o tempo livre*. Porto Alegre: D. C. Luzzatto Ed., 1985.

GARCIA, E. B. Os novos militantes culturais. In: MARCELLINO, N.C. (org). *Lazer: formação e atuação profissional*. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

ISAYAMA, H. F. *Recreação e lazer como integrantes dos cursos de graduação em educação física*. Campinas, Unicamp, FEF (Tese de Doutorado), 2002.

ISAYAMA, H. e STOPPA, E. Reflexões acerca do lazer dos profissionais do lazer. *Coletânea do IX ENAREL – Encontro Nacional de Recreação e Lazer*. Belo Horizonte: UFMG/EEF/CELAR, 1997.

MAGNANI, J. G. C. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MANACORDA, M. *Marx y la pedagogia moderna*. 2^a. ed. Barcelona, Espanha: Oikos-tau ediciones, 1979.

MARCELLINO, N. C. *Lazer: animação e participação cultural*. Campinas: COMUNICARTE, ano IV, no. 8, p. 61 a 69, 1986.

MARCELLINO, N. C. (org.). *Lazer: formação e atuação profissional*. Campinas: Papirus, 1995.

MARCELLINO, N. C. *Estudos do lazer: uma introdução*. 2^a ed. Campinas: Autores Associados, 2000a.

MARCELLINO, N. C. *Lazer e humanização*. 4^a. ed. Campinas: Papirus, 2000b.

MARCELLINO, N. C. (org.). *Lazer e esporte: políticas públicas*. 2^a. ed. Campinas: Autores Associados, 2001a.

MARCELLINO, N. C. Lazer e qualidade de vida. In: MOREIRA, W. W. *Qualidade de vida: complexidade e educação*. Campinas: Papirus, 2001b.

MARCELLINO, N. C. Lazer como fator e indicador de desenvolvimento regional. In: MÜLLER, A. e COSTA, L. P. *Lazer e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul, 2002.

MARCELLINO, N. C. *Lazer e educação*. 10^a. ed. Campinas: Papirus, 2003a.

MARCELLINO, N. C. *Pedagogia da animação*. 5^a. ed. Campinas: Papirus, 2003b.

MARCELLINO, N. C. (org.). *Lúdico, educação e educação física*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003c.

- MARX & ENGELS. *Textos sobre educação e ensino*. São Paulo: Editora Moraes, 1983.
- MEDEIROS, E. B. Educação para o lazer. *Boletim de Intercâmbio*. Rio de Janeiro, SESC, 3, 1980.
- MOREIRA, W. W. (org). *Qualidade de vida: complexidade e educação*. Campinas, SP: Papyrus, 2001b.
- MÜLLER, A. Lazer, desenvolvimento regional: como pode nascer e se desenvolver uma idéia. In: MÜLLER, A. e COSTA, L. P. *Lazer e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul, 2002.
- NOGUEIRA, M. A. *Educação, saber, produção em Marx e Engels*. 2^a. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- PADILHA, V. Se o trabalho é doença, o lazer é remédio? In: MÜLLER, A. e DA COSTA, L. P. *Lazer e trabalho*. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2003.
- PAIVA, J. L. *Lazer, política cultural e extensão universitária no projeto de ensino, pesquisa e extensão: recreação comunitária*. Campinas, Unicamp, FEF (Dissertação de Mestrado), 2003.
- PARKER, S. *A sociologia do lazer*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- PINA, L. W. Multiplicidade de profissionais e de funções. In: MARCELLINO, N. C. *Lazer: formação e atuação profissional*. Campinas: Papyrus, 1995.
- PINTO, L. M. S. M. Lazer: concepções e significados. In: *Licere*, Belo Horizonte: CELAR/UFMG, v.1, n.1, pp. 18-27, set. 1998.
- REQUIXA, R. *Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer*. São Paulo: SESC, 1980.
- SAVIANI, D. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. 14^a. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002a.
- SAVIANI, D. *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política*. 35^a. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2002b.

SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 8^a. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 21^a. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2000.

SEVERINO, A. J. *Filosofia*. São Paulo: Cortez, 1994.

SEVERINO, A. J. *Filosofia da educação: construindo a cidadania*. São Paulo: FTD, 1994.

SILVESTRE NETO, D. *Quem é o animador cultural?* São Paulo: SESC São Paulo, 1980.

SIMSON, O. R. M. et al (org.) *Educação não-formal: cenários da criação*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

SOUZA, M. T. Desenvolvimento humano, lazer e educação física: o papel do componente lúdico da cultura. In: MARCELLINO, N. C. *Lúdico, educação e educação física*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

STOPPA, E. A. *Lazer nos acampamentos de férias: uma análise da ação dos animadores sócio-culturais*. Campinas, Unicamp, FEF (Dissertação de Mestrado), 1998.

RIESMAN, D. *A multidão solitária*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

ROLIM, L. C. *Educação e lazer: a aprendizagem permanente*. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

TELLES, M. L. S. *Psicodinâmica do desenvolvimento humano: uma introdução à psicologia da educação*. 9^a. ed. rev. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001